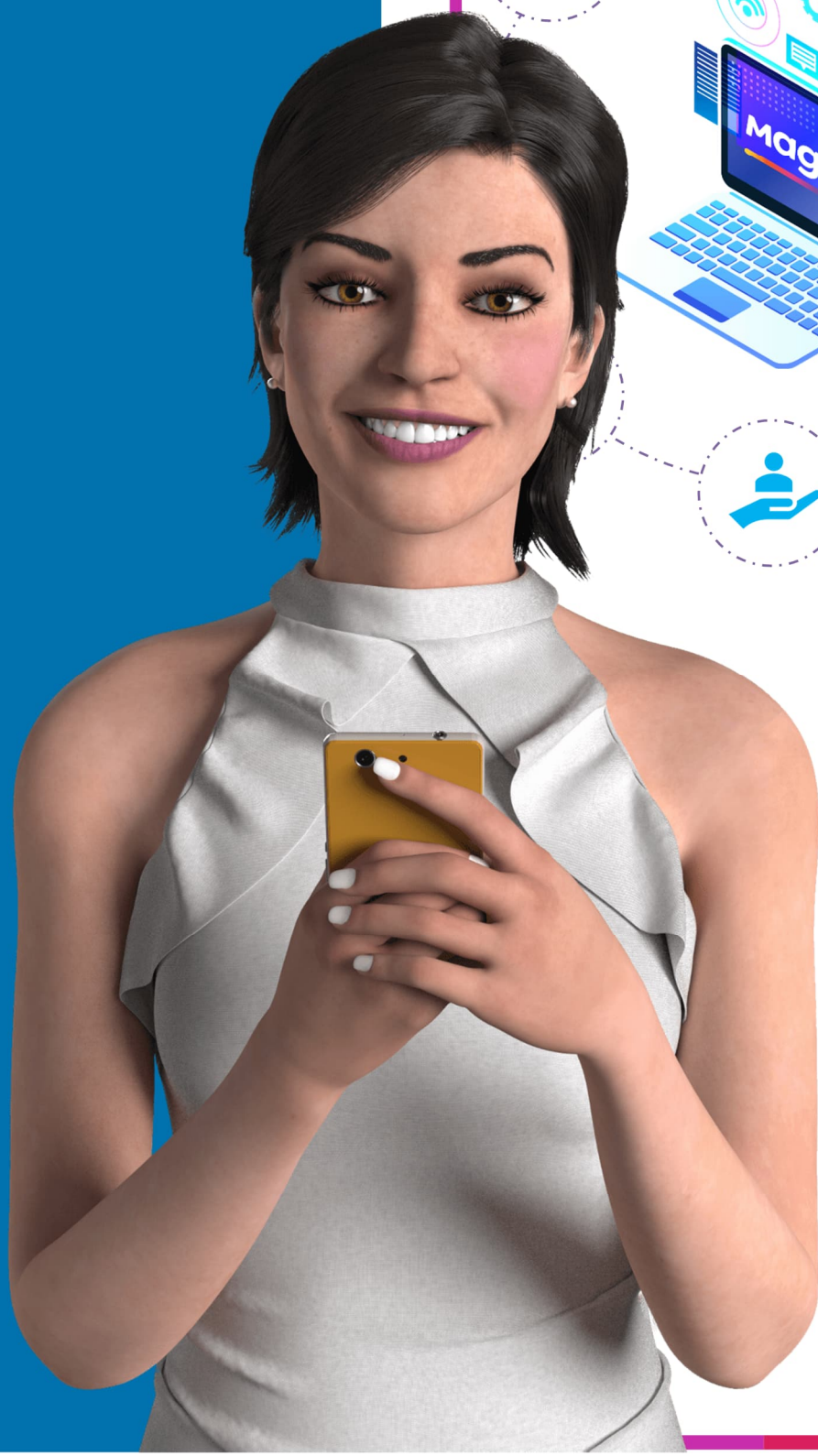




Magazine Luiza S.A. e Controladas

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1

Balanços patrimoniais.....9

Demonstrações dos resultados.....10

Demonstrações dos resultados abrangentes11

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido12

Demonstrações dos fluxos de caixa.....13

Demonstrações do valor adicionado14

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas15



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do
Magazine Luiza S.A.
Franca - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Magazine Luiza S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas financeiras IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4.8, devido à eliminação das transações que não envolveram caixa na movimentação relacionada a rubrica “Fornecedores - convênio” na atividade de financiamento, nas demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os valores correspondentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido ao volume de transações e pelo fato das operações da Companhia e de suas controladas serem altamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia da informação e dos seus sistemas e aplicações, somados à natureza dos seus negócios e sua dispersão geográfica, consideramos o ambiente de tecnologia da informação como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e dos controles gerais de tecnologia da informação (“CGTI”) relacionados aos sistemas e aplicações por nós considerados relevantes para a geração de informações que impactam diretamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (ii) avaliação dos procedimentos de auditoria para avaliar a eficácia dos controles sobre os acessos lógicos, gestão de mudanças e de operações de tecnologia da informação, processamentos de relatórios e outros aspectos de tecnologia; (iii) envolvimento de profissionais de tecnologia da informação para nos auxiliar na execução desses procedimentos; (iv) avaliação do processo de geração e extração de relatórios que suportam os saldos financeiros, (v) execução de testes de aderência sobre as informações produzidas pelos sistemas e aplicações da Companhia.

No que se refere aos controles sobre os acessos lógicos: (i) analisamos o processo de autorização e de concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários, e; (ii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia da informação.



**Shape the future
with confidence**

No que se refere ao processo de gestão de mudanças: (i) avaliamos se as mudanças nos sistemas e aplicações foram devidamente autorizadas e aprovadas pela diretoria da Companhia, e; (ii) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de procedimentos de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes.

As deficiências no desenho e na operação dos controles gerais de tecnologia da informação (CGTI) identificadas ao longo da auditoria, embora substancialmente remediadas ao término do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências suficientes e apropriadas de auditoria. Levando em consideração o aumento na extensão dos procedimentos de auditoria, julgado por nós apropriado, os resultados destes procedimentos nos proporcionaram evidência apropriada e suficiente de auditoria no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Provisão para demandas judiciais tributárias

Conforme divulgado na Nota Explicativa 24, a Companhia é parte envolvida em processos administrativos e judiciais oriundos de diversas disputas tributárias, cuja provisão para demandas judiciais, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$1.096.417 mil e R\$1.715.228 mil, representando 5,2% e 6,6% do total do passivo na controladora e no consolidado, respectivamente. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias requerem julgamento por parte da diretoria, que conta com o suporte das opiniões legais dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Mudanças nas premissas utilizadas pela Companhia, que são base para exercer esse julgamento, incluindo o posicionamento das autoridades tributárias e o desenvolvimento das disputas tributárias nos tribunais, podem impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de forma relevante.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte em disputas tributárias que somam R\$3.407.965 mil nas demonstrações financeiras individuais e R\$4.199.862 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, as quais não estão provisionadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido à avaliação por parte da diretoria, suportada pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia, de que o prognóstico de perda é possível.

Consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e ao fato de que a avaliação das probabilidades de perda e a mensuração da provisão para demandas judiciais tributárias envolvem alto grau de julgamento profissional por parte da diretoria em conjunto com os assessores jurídicos externos e internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil das provisões para demandas judiciais tributárias; (ii) avaliação das políticas financeiras adotadas pela Companhia para a classificação dos processos administrativos e judiciais entre perda provável, possível ou remota, incluindo as premissas utilizadas para mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais tributárias; (iii) envolvimento de profissionais especializados em controvérsia tributária, que analisaram uma amostra dos processos relacionados às contingências classificadas como perda possível, levando em consideração as avaliações elaboradas pelos assessores jurídicos externos e internos da Companhia; (iv) obtenção de evidências sobre os riscos de perdas considerados pela Companhia nos principais processos, incluindo a revisão da documentação suporte, dos pareceres e das opiniões legais, bem como as confirmações externas dos assessores jurídicos da Companhia contendo o estágio atual e o prognóstico de perda de cada processo tributário, e; (v) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para demandas judiciais tributárias, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acordos comerciais nas compras de mercadorias para revenda (Bonificações)

Conforme divulgado na Nota Explicativa 8, a Companhia possui acordos comerciais com seus fornecedores de mercadorias para revenda, os quais podem ser de natureza específica ou complexa no âmbito do setor varejista. Nesse contexto, existem diferentes categorias de acordos comerciais que, substancialmente, possuem vinculação com a revenda das mercadorias para obtenção de incentivos financeiros pela Companhia. Assim sendo, se faz necessária a realização de procedimentos por parte da diretoria, em especial, analisar e concluir sobre os valores e período correto em que as bonificações apuradas nestes acordos comerciais devem ser contabilmente reconhecidas como redutor do custo das mercadorias vendidas ou recuperação de despesas de marketing (verba de propaganda cooperada).

Mediante o exposto, consideramos o reconhecimento contábil das bonificações decorrentes de acordos comerciais, principalmente no que se refere à totalidade e ao seu registro no correto período contábil, como um principal assunto de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, dentre outros: (i) avaliação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela diretoria no processo de identificação e registro contábil dos acordos comerciais com fornecedores; (ii) atualização do entendimento dos processos de negócios estabelecidos pela diretoria para identificação, mensuração e registro contábil dos acordos comerciais com fornecedores; (iii) entendimento dos principais termos contratuais, individualmente relevantes ou com características específicas; (iv) confirmação externa dos valores de bonificações a receber de determinados fornecedores, considerando aspectos de relevância de valores e amostra representativa; (v) teste do reconhecimento das bonificações no correto período de competência, incluindo verificação de liquidação financeira subsequente para uma amostra de transações; e (vi) avaliação da adequação das divulgações da Nota Explicativa 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2024.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os acordos comerciais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas financeiras IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e Consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

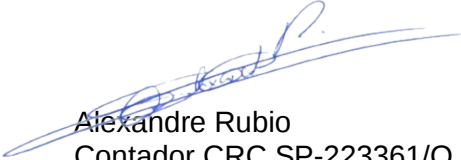


**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Alexandre Rubio
Contador CRC SP-223361/O

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	718.648	1.113.662	1.827.197	2.593.346
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	7	272.824	578.311	337.894	779.072
Contas a receber	8	3.447.789	3.919.547	5.833.528	5.885.450
Estoques	9	6.593.244	6.383.303	7.611.132	7.497.299
Contas a receber de partes relacionadas	10	1.864.959	1.675.950	1.661.405	1.273.718
Tributos a recuperar	11	1.671.336	1.475.359	1.856.475	1.680.511
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12	42.002	79.374	97.771	177.024
Outros ativos circulantes		124.810	84.208	325.422	334.743
Total do ativo circulante		14.735.612	15.309.714	19.550.824	20.221.163
Não circulante					
Contas a receber	8	48.553	72.691	48.553	72.691
Tributos a recuperar	11	1.808.934	2.409.362	1.870.705	2.464.245
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.751.837	2.513.695	3.285.792	2.836.852
Depósitos judiciais	24	1.333.234	1.260.289	1.902.376	1.734.546
Outros ativos não circulantes		128.498	104.365	129.362	113.671
Realizável a longo prazo		6.071.056	6.360.402	7.236.788	7.222.005
Investimentos em controladas	13	4.806.587	4.629.769	-	-
Investimentos em controladas em conjunto	14	971.862	322.516	971.862	322.516
Direito de uso de arrendamento	15	3.129.039	3.282.873	3.235.372	3.343.054
Imobilizado	16	1.618.551	1.650.996	1.834.725	1.841.522
Intangível	17	1.149.912	1.055.626	4.482.287	4.504.807
		11.675.951	10.941.780	10.524.246	10.011.899
Total do ativo não circulante		17.747.007	17.302.182	17.761.034	17.233.904
Total do ativo					
		32.482.619	32.611.896	37.311.858	37.455.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	6.291.347	6.008.527	7.182.906	6.965.980
Fornecedores - convênio	19	2.946.541	2.312.134	3.100.213	2.358.092
Parceiros e outros depósitos	20	-	-	1.640.637	1.765.149
Empréstimos e financiamentos	21	980.233	2.928.459	1.402.168	2.954.347
Salários, férias e encargos sociais		335.803	224.974	558.572	401.867
Tributos a recolher		209.929	229.494	363.003	359.971
Contas a pagar a partes relacionadas	10	228.387	325.607	107.061	100.961
Arrendamento mercantil	15	425.027	493.861	452.654	508.359
Receita diferida	22	122.407	122.407	152.910	145.899
Outros passivos circulantes	23	1.144.002	1.268.164	1.750.426	1.847.502
Total do passivo circulante		12.683.676	13.913.627	16.710.550	17.408.127
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	3.179.992	4.000.278	3.179.992	4.400.508
Tributos a recolher		1.057	2.024	55.597	4.837
Contas a pagar a partes relacionadas	10	200.000	-	-	-
Arrendamento mercantil	15	2.993.853	3.020.488	3.080.881	3.069.796
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	74.242	105.122
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	1.211.777	996.505	1.857.353	1.619.166
Receita diferida	22	815.839	938.246	952.935	1.102.758
Outros passivos não circulantes	23	77.163	130.194	81.046	134.219
Total do passivo não circulante		8.479.681	9.087.735	9.282.046	10.436.406
Total do passivo		21.163.357	23.001.362	25.992.596	27.844.533
Patrimônio líquido					
Capital social	25	13.602.498	12.352.498	13.602.498	12.352.498
Reserva de capital		(2.556.694)	(2.087.258)	(2.556.694)	(2.087.258)
Ações em tesouraria		(503.574)	(990.603)	(503.574)	(990.603)
Reserva legal		137.442	137.442	137.442	137.442
Reserva de lucros		768.554	319.837	768.554	319.837
Ajuste de avaliação patrimonial		(128.964)	(121.382)	(128.964)	(121.382)
Total do patrimônio líquido		11.319.262	9.610.534	11.319.262	9.610.534
Total do Passivo e Patrimônio líquido		32.482.619	32.611.896	37.311.858	37.455.067

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de vendas	26	31.668.289	30.097.635	38.038.068	36.768.149
Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	27	(22.428.814)	(22.436.918)	(26.410.812)	(26.604.266)
Lucro bruto		9.239.475	7.660.717	11.627.256	10.163.883
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(5.879.230)	(5.612.277)	(7.131.584)	(7.002.066)
Gerais e administrativas	28	(904.832)	(912.413)	(1.373.715)	(1.335.204)
Perdas de créditos esperadas		(432.185)	(366.710)	(452.704)	(386.157)
Depreciação e amortização	15/16/17	(1.038.985)	(1.001.857)	(1.333.288)	(1.242.690)
Resultado de equivalência patrimonial	13/14	463.977	140.692	148.456	(19.010)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	81.167	(289.647)	78.011	(550.904)
		(7.710.088)	(8.042.212)	(10.064.824)	(10.536.031)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		1.529.387	(381.495)	1.562.432	(372.148)
Receitas financeiras		627.048	933.705	720.233	1.106.101
Despesas financeiras		(1.875.712)	(2.419.081)	(2.195.281)	(2.798.320)
Resultado financeiro	30	(1.248.664)	(1.485.376)	(1.475.048)	(1.692.219)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		280.723	(1.866.871)	87.384	(2.064.367)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	12	167.994	887.767	361.333	1.085.263
Lucro (prejuízo) do exercício		448.717	(979.104)	448.717	(979.104)
Lucro (prejuízo) atribuível a:					
Acionistas controladores		448.717	(979.104)	448.717	(979.104)
Lucro (prejuízo) por ação					
Básico (reais por ação)	25	0,610	(1,463)	0,610	(1,463)
Diluído (reais por ação)	25	0,610	(1,463)	0,610	(1,463)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) do exercício	448.717	(979.104)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado:		
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial - participação nos Outros Resultados Abrangentes - ORA	(439)	(6.262)
Efeito dos impostos	149	2.129
Total de itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	(290)	(4.133)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo - VJORA	7.872	127.527
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	456.299	(855.710)
Atribuível a:		
Acionistas controladores	456.299	(855.710)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

Nota	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Total
					Reserva de reforço de capital de giro	Reserva de incentivos fiscais	Lucro (prejuízo acumulado)		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	12.352.498	(1.896.383)	(1.245.809)	137.442	83.660	1.215.281	-	2.012	10.648.701
Plano de ações	25	-	68.323	-	-	-	-	-	68.323
Ações em tesouraria vendidas ou entregues em planos de ações e negócios combinados	25	-	(259.198)	255.206	-	-	-	-	(3.992)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(979.104)	-	(979.104)
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	(83.660)	-	83.660	-	-
		-	(190.875)	255.206	-	(83.660)	(895.444)	-	(914.773)
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-	-	-	(123.394)	(123.394)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(123.394)	(123.394)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.352.498	(2.087.258)	(990.603)	137.442	-	1.215.281	(895.444)	(121.382)	9.610.534
Saldos em 31 de dezembro de 2023	12.352.498	(2.087.258)	(990.603)	137.442	-	1.215.281	(895.444)	(121.382)	9.610.534
Aumento de capital	25	1.250.000	-	-	-	-	-	-	1.250.000
Plano de ações	25	-	29.899	-	-	-	-	-	29.899
Ações em tesouraria vendidas ou entregues em planos de ações e combinação de negócios	25	-	(499.335)	487.029	-	-	-	-	(12.306)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	448.717	-	448.717
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	-	(446.727)	446.727	-	-
		1.250.000	(469.436)	487.029	-	(446.727)	895.444	-	1.716.310
Outros resultados abrangentes:		-	-	-	-	-	-	(7.582)	(7.582)
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	(7.582)	(7.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13.602.498	(2.556.694)	(503.574)	137.442	-	768.554	-	(128.964)	11.319.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		(reapresentado)		(reapresentado)	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) do exercício		448.717	(979.104)	448.717	(979.104)
Ajustes para conciliar o lucro (prejuízo) do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado	12	(167.994)	(887.767)	(361.333)	(1.085.263)
Depreciação e amortização	15/16/17	1.038.985	1.001.857	1.333.288	1.242.690
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos provisionados	15/21	894.826	1.241.750	949.483	1.300.876
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(19.882)	(30.793)	(32.667)	(40.491)
Equivalência patrimonial	13/14	(463.977)	(140.692)	(148.456)	19.010
Movimentação da provisão para perdas em ativos		725.314	2.637	748.121	16.978
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	24	242.346	288.913	321.465	534.717
Resultado na venda de ativo imobilizado	29	2.187	(213.932)	(1.229)	(200.143)
Apropriação da receita diferida	29	(122.407)	(89.815)	(144.503)	(112.720)
Despesas com plano de opção de ações		23.207	45.477	23.207	68.323
Lucro líquido do exercício ajustado		2.601.322	238.531	3.136.093	764.873
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber		(41.381)	529.742	(465.032)	737.050
Títulos e valores mobiliários		325.369	(243.220)	473.845	(434.283)
Estoques		(410.922)	177.738	(333.806)	230.501
Contas a receber de partes relacionadas		(204.085)	1.629.898	(452.763)	1.286.600
Tributos a recuperar		126.923	(291.725)	181.929	(319.270)
Depósitos judiciais		(72.945)	(25.569)	(167.830)	(84.323)
Outros ativos		(64.735)	(11.523)	(6.367)	(114.191)
Variação nos ativos operacionais		(341.776)	1.765.341	(770.024)	1.302.084
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		12.985.088	13.728.240	13.296.348	13.773.559
Parceiros e outros depósitos		-	-	(124.512)	212.506
Salários, férias e encargos sociais		110.829	(17.932)	156.705	(18.629)
Tributos a recolher		284.677	69.604	353.349	86.527
Contas a pagar a partes relacionadas		102.780	68.900	6.100	(51.550)
Outras contas a pagar		(215.174)	(295.839)	(216.526)	(194.296)
Variação nos passivos operacionais		13.268.200	13.552.973	13.471.464	13.808.117
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.064)	-	(44.752)	(38.864)
Recebimento de dividendos		42.550	167.011	42.550	67.011
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		15.568.232	15.723.856	15.835.331	15.903.221
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	16	(198.110)	(114.735)	(266.600)	(168.225)
Aquisição de ativo intangível	17	(352.142)	(363.886)	(462.947)	(472.620)
Aumento de capital em controladas e controlada em conjunto	13 14	(449.179)	(181.276)	(543.001)	-
Pagamento por aquisição de controlada		-	(511.586)	(18.058)	(528.948)
Venda de participação societária em controlada em conjunto	14	-	166.793	-	166.793
Venda de contrato de exclusividade e direito de exploração	22	-	850.000	-	854.600
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(999.431)	(154.690)	(1.290.606)	(148.400)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	21	300.194	-	300.194	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	21	(2.565.991)	-	(2.568.146)	(4.715)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	21	(1.082.057)	(685.495)	(1.132.723)	(742.716)
Pagamento de arrendamento mercantil	15	(482.616)	(483.901)	(502.139)	(512.750)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	15	(315.484)	(325.944)	(320.759)	(328.595)
Pagamento de fornecedores – convênio	4.8	(12.067.861)	(13.768.928)	(12.337.301)	(13.992.744)
Aumento de capital social	25	1.250.000	-	1.250.000	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		(14.963.815)	(15.264.268)	(15.310.874)	(15.581.520)
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa					
		(395.014)	304.898	(766.149)	173.301
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.113.662	808.764	2.593.346	2.420.045
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		718.648	1.113.662	1.827.197	2.593.346
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa					
		(395.014)	304.898	(766.149)	173.301

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Magazine Luiza S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	37.740.932	35.805.818	46.218.782	44.534.188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida de reversões	(432.185)	(366.710)	(452.704)	(386.157)
Outras receitas operacionais	197.971	3.369	298.161	(196.787)
	37.506.718	35.442.477	46.064.239	43.951.244
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços	(24.409.846)	(23.833.295)	(28.388.619)	(27.990.389)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.699.618)	(4.701.321)	(5.768.470)	(5.824.787)
Perda e recuperação de valores ativos	(166.922)	(46.725)	(167.138)	(92.268)
	(29.276.386)	(28.581.341)	(34.324.227)	(33.907.444)
Valor adicionado bruto	8.230.332	6.861.136	11.740.012	10.043.800
Depreciação e amortização	(1.038.985)	(1.001.857)	(1.333.288)	(1.242.690)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	7.191.347	5.859.279	10.406.724	8.801.110
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	463.977	140.692	148.456	(19.010)
Receitas financeiras	627.048	933.705	720.233	1.106.101
Valor adicionado total a distribuir	8.282.372	6.933.676	11.275.413	9.888.201
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos:				
Remuneração direta	1.827.821	1.656.413	2.535.559	2.389.514
Benefícios	247.909	269.633	392.764	415.840
FGTS	118.369	122.384	210.299	213.200
	2.194.099	2.048.430	3.138.622	3.018.554
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	389.748	255.959	1.068.880	981.030
Estaduais	3.229.747	3.063.413	4.121.018	3.833.346
Municipais	119.625	108.087	179.777	169.408
	3.739.120	3.427.459	5.369.675	4.983.784
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros	1.673.070	2.245.673	1.787.573	2.499.485
Aluguéis	75.839	72.133	86.164	82.447
Outras	151.527	119.085	444.662	283.035
	1.900.436	2.436.891	2.318.399	2.864.967
Remuneração de capital próprio:				
Lucro (prejuízo) do exercício	448.717	(979.104)	448.717	(979.104)
Valor adicionado total distribuído	8.282.372	6.933.676	11.275.413	9.888.201

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

O Magazine Luiza S.A. ("Controladora") é uma sociedade anônima de capital aberto listada no segmento especial denominado Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código "MGLU3" e atua, preponderantemente, no comércio varejista, por meio de lojas físicas, e-commerce e seu SuperApp. O SuperApp é um aplicativo que oferece produtos e serviços do Magazine Luiza, de suas controladas e, através da plataforma de marketplace, de parceiros comerciais ("sellers"). Por meio de suas controladas, o Magazine Luiza também atua em operações de administração de consórcios, logística, desenvolvimento de softwares, "food delivery", conteúdo digital e meios de pagamentos. A controlada em conjunto Luizacred (nota 14), oferece serviço de crédito e financiamentos a clientes. A sede social do Magazine Luiza está localizada na cidade de Franca, Estado de São Paulo, Brasil e sua Controladora e *holding* é a LTD Administração e Participação S.A.

O Magazine Luiza S.A. e suas controladas doravante serão referidos como "Companhia" para fins deste relatório, exceto se de outra forma indicado em informação específica.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 1.245 lojas e 21 centros de distribuição (1.287 lojas e 21 centros de distribuição em 31 de dezembro de 2023) localizados em todas as regiões do País. A Companhia atua também nos sites de comércio eletrônico www.magazineluiza.com.br, www.epocacosmeticos.com.br, www.netshoes.com.br, www.zattini.com.br, www.shoestock.com.br, www.kabum.com.br e seus respectivos aplicativos "mobile", bem como pelos aplicativos de "food delivery" AiQfome, Tônolucro e Plus Delivery.

Em 13 de março de 2025, o Conselho de Administração autorizou a emissão dessas demonstrações financeiras.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A Administração adota a política contábil de apresentar os juros pagos como atividades de financiamento e os dividendos recebidos como atividade operacional nas Demonstrações dos fluxos de caixa.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--
Continuação

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada, bem como as demonstrações financeiras utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia preparou as demonstrações financeiras partindo do pressuposto de continuidade operacional.

3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto ou estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A base de consolidação da Companhia inclui:

Nome da controlada	Principal atividade	Participação direta ou indireta %	
		2024	2023
Época Cosméticos	Comércio eletrônico de perfumes e cosméticos	100%	100%
Luiza Administradora de Consórcios (LAC)	Administradora de consórcios	100%	100%
Magalu Log (Magalog)	Empresa de serviços logísticos	100%	100%
Luizalabs Sistemas de Informação	Soluções tecnológicas para varejo e indústrias de bens de consumo	100%	100%
Netshoes	Comércio eletrônico de artigos esportivos e moda	100%	100%
Magalupay	Instituição de Pagamentos	100%	100%
Kabum	Comércio eletrônico de equipamentos de informática	100%	100%

As demonstrações financeiras consolidadas também contemplam os fundos de investimentos exclusivos, onde a Companhia mantém parte de suas aplicações financeiras, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7.

No processo de consolidação das demonstrações financeiras são contempladas as seguintes eliminações:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e das controladas em conjunto são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

4. Resumo das políticas contábeis materiais

As principais políticas e práticas contábeis estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

4.1. Transações e atualizações monetárias de direitos e obrigações

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais ou variações cambiais e monetárias são atualizados até a data do balanço patrimonial, sendo essas variações reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Quando existentes, os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para Reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas como receitas ou despesas financeiras no resultado.

4.2. Redução ao valor líquido recuperável de ativos (“impairment”)

i) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii) Alocação dos saldos de ágio

O ágio é alocado a cada unidade geradora de caixa e é submetido anualmente a uma avaliação de sua recuperação ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade geradora de caixa apresente performance abaixo do esperado. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil somado ao ágio a ela alocado, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada na redução do ágio alocado à unidade e posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um desses ativos. Qualquer perda no valor de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício em que ocorreu sua identificação, a qual não é revertida em períodos subsequentes, mesmo que os fatores que levaram ao seu registro deixem de existir.

4. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

4.3. Ajustes a valor presente

As principais transações que resultam em ajustes a valor presente são relacionadas a operações de compra de mercadorias para revenda, efetuadas a prazo, bem como operações de revenda de mercadorias, cujos saldos são parcelados aos clientes, as quais são efetuadas com taxas de juros pré-fixadas. Vendas e compras são descontadas para determinar o valor presente na data das transações e considerando os prazos de parcelamento.

A taxa de desconto utilizada considera os efeitos das taxas de financiamento levadas ao consumidor final, ponderada ao percentual de risco de inadimplência avaliado e já considerado na provisão para perda esperada de créditos.

O ajuste a valor presente das operações de revenda de mercadorias a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber". Sua realização é registrada na rubrica "Receitas de vendas de mercadorias", também pela fruição de prazo.

O ajuste a valor presente do passivo relativo às operações de compra de mercadorias para revenda é registrado na rubrica "Fornecedores" com contrapartida na conta de "Estoques". Sua reversão é registrada na rubrica "Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços" pela fruição de prazo.

4.4. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

4.5. Benefícios de empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Acordos de pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos elegíveis é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os elegíveis adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*).

4. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

4.6. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais conforme requerido pela legislação societária brasileira e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

4.7. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida.

4.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

4.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024--Continuação

Como resultado da implementação das alterações, a Companhia forneceu divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamento de fornecedores na nota 19 e reapresentou o efeito comparativo de 2023 na demonstração de fluxo de caixa, em função da aplicação do item 44H - c, do CPC 03 (R2), que traz o requisito de se apresentar na demonstração do fluxo de caixa, o tipo e efeito das alterações não caixa dos passivos financeiros divulgados como fornecedores (convênio). Desta forma, a Companhia está apresentando o montante de pagamento das operações de fornecedores (convênio) nas atividades de financiamento e divulgando o efeito “não caixa” em nota explicativa (nota 33). Esta reapresentação não altera o montante de aumento ou redução dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, como abaixo demonstrado:

	Originalmente apresentado	Efeito novas práticas	Reapresentado
Demonstração dos Fluxos de Caixa - 2023 - Controladora			
Fornecedores	1.403.954	12.324.286	13.728.240
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	3.399.570	12.324.286	15.723.856
Pagamento de operações de fornecedores (convênio)	(1.444.642)	(12.324.286)	(13.768.928)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(2.939.982)	(12.324.286)	(15.264.268)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	304.898	-	304.898

	Originalmente apresentado	Efeito novas práticas	Reapresentado
Demonstração dos Fluxos de Caixa - 2023 - Consolidado			
Fornecedores	1.224.960	12.548.599	13.773.559
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	3.354.622	12.548.599	15.903.221
Pagamento de operações de fornecedores (convênio)	(1.444.145)	(12.548.599)	(13.992.744)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(3.032.921)	(12.548.599)	(15.581.520)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	173.301	-	173.301

As principais normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotá-las, quando entrarem em vigor.

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras – Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. O IFRS 18 entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027.

4. Resumo das políticas contábeis materiais--Continuação

4.8. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024--Continuação

- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09 foi atualizada para alinhar sua redação às alterações nas normas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3 - Bases de consolidação e investimentos em controladas: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.
- Nota explicativa 15 – determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação.

5. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas-- Continuação

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - Contas a receber: critérios e montantes da provisão para perda esperada de créditos.
- Nota explicativa 9 - Estoques: critérios e montantes para a provisão para perdas em estoques;
- Nota explicativa 11 - Tributos a recuperar: os critérios para avaliação dos prazos de recuperação dos créditos tributários envolvem um elevado grau de julgamento na determinação de premissas de compensação.
- Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.
- Nota explicativa 16 e 17 - Imobilizado e Intangível - estimativa da vida útil dos ativos de longa duração.
- Nota explicativa 17 - A determinação do ágio na aquisição de empresas é um processo complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento, perenidade e rentabilidade dos negócios da Companhia para os próximos anos, entre outros. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.
- Notas explicativas 24 - Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
- Nota explicativa 32 - Redução ao valor líquido recuperável de ativos ("*impairment*"): determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Administração da Companhia define como "Caixa e equivalentes de caixa" os valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor, sendo registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

6. Caixa e equivalentes de caixa--Continuação

Taxas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	138.769	77.723	140.836	78.780
Bancos	62.765	72.988	162.426	104.866
Depósitos a curto prazo	De 88% a 103% CDI	962.951	1.440.020	2.359.144
Fundos de investimentos não exclusivos	De 97% a 100% CDI	-	83.915	50.556
	718.648	1.113.662	1.827.197	2.593.346

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 32.

7. Títulos e valores mobiliários

Taxas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de investimento não exclusivo	100% a 105% CDI	4.809	5.244	4.809
Fundo de investimento em direitos creditórios		49.263	802	3.248
Títulos públicos federais	(a)	-	114.221	156.737
Fundo de investimento exclusivo:	(b)			
Títulos públicos federais		524.239	217.627	614.278
	272.824	578.311	337.894	779.072

- (a) Refere-se aplicações de sua controlada Magalupay em títulos públicos federais, basicamente Letras Financeiras do Tesouro Nacional.
- (b) Refere-se aos fundos de investimentos exclusivos de renda fixa junto ao Banco Itaú S.A e ao Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a carteira estava distribuída nas modalidades de investimentos descritas na tabela acima, que estão atreladas a títulos e operações financeiras e referenciadas à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com liquidez imediata e objetivo de retornar à rentabilidade média de 100% do CDI à Companhia.

A análise de risco de crédito e de sensibilidade está descrita na nota 32.

8. Contas a receber

Política contábil

Contas a receber são registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor dos títulos, ajustado a valor presente, quando aplicável, representadas, principalmente, por créditos de vendas parceladas no crediário e com cartão de crédito, contas a receber por serviços prestados, recebíveis de bonificações com fornecedores e pela provisão para perda esperada de créditos, que é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de financiamentos e demais valores a receber existentes na data do balanço. O critério de constituição da provisão leva em consideração, para as atividades de varejo, os índices de perdas históricos por faixa de vencimento da carteira, conforme mencionado na nota explicativa 32.

8. Contas a receber--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cartões de crédito (a)	1.966.420	2.776.422	4.128.941	4.499.274
Cartões de débito (a)	2.270	11.739	2.319	11.788
Crédito direto ao consumidor (b)	1.576.331	1.321.089	1.576.331	1.321.089
Serviços a clientes (c)	546.413	377.909	574.594	403.952
Demais contas a receber (d)	1.584	4.566	155.018	159.684
Total contas a receber	4.093.018	4.491.725	6.437.203	6.395.787
Provenientes de acordos comerciais (e)	259.825	235.290	309.451	302.974
Provisão para perda esperada de créditos	(488.608)	(366.096)	(496.680)	(371.939)
Ajuste a valor presente	(367.893)	(368.681)	(367.893)	(368.681)
Total	3.496.342	3.992.238	5.882.081	5.958.141
Ativo circulante	3.447.789	3.919.547	5.833.528	5.885.450
Ativo não circulante	48.553	72.691	48.553	72.691

O prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de 40 dias na controladora e 49 no consolidado em 31 de dezembro de 2024 (45 dias na Controladora e 53 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Contas a receber decorrentes das vendas realizadas por meio dos cartões de crédito e débito, os quais a Companhia recebe das adquirentes em montantes, prazos e quantidade de parcelas definidos no momento da venda dos produtos. No Consolidado está somado o recebível de adquirentes transacionado na Magalupay que será repassado aos parceiros ("sellers") conforme descrito na nota 20. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía créditos cedidos à certas adquirentes e instituições financeiras que montavam R\$3.307.836 (R\$2.678.944 em 31 de dezembro de 2023) na Controladora e R\$5.217.300 (R\$5.337.901 em 31 de dezembro de 2023) no Consolidado, sobre os quais é aplicado um desconto que varia entre 103,0% e 107,0% do CDI. A Companhia, por meio das operações de cessão de recebíveis em cartões, transfere para as adquirentes e instituições financeiras todos os riscos de recebimento dos clientes e, deste modo, liquida as contas a receber relativas a esses créditos.
- (b) Refere-se às contas a receber decorrentes de vendas financiadas pela Companhia.
- (c) Refere-se principalmente a vendas intermediadas pela Controladora para a Luizaseg e Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. A Controladora destina às suas parceiras o valor da garantia estendida e outros seguros, em sua totalidade, no mês subsequente à venda e recebe dos clientes de acordo com o prazo firmado na transação. Adicionalmente, nessa rubrica estão alocados os recebíveis por serviços de marketplace e outros serviços.
- (d) Refere-se principalmente a recebíveis de serviços de transporte das controladas Magalog para terceiros, bem como serviços prestados e cargas nas contas de pagamentos da Magalupay e recebíveis do FIDC (nota 7).
- (e) Refere-se a valores de bonificações a serem recebidos de fornecedores, devido ao atendimento do volume de compras ou campanhas promocionais, bem como de acordos que definem participação do fornecedor nos dispêndios relacionados à veiculação de propaganda e publicidade (propaganda cooperada). O saldo apresentado está líquido de valores compensados com saldos de contas a pagar dos respectivos fornecedores, previsto em acordo de parceria entre as partes. Os valores compensados foram de R\$575.873 na Controladora (R\$574.333 em 31 de dezembro de 2023) e R\$615.953 no Consolidado (R\$602.197 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(366.096)	(266.709)	(371.939)	(270.761)
(+) Adições	(524.333)	(519.702)	(528.148)	(522.579)
(-) Baixas	401.821	420.315	403.407	421.401
Saldo no final	(488.608)	(366.096)	(496.680)	(371.939)

A análise de risco de crédito está apresentada na nota 32.

8. Contas a receber--Continuação

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é como segue:

	Contas a receber de clientes				Provenientes de acordos comerciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer:								
Até 30 dias	442.491	260.305	667.234	518.713	37.164	68.101	49.916	104.260
Entre 31 e 60 dias	250.751	649.945	611.807	711.865	111.286	85.859	142.275	105.250
Entre 61 e 90 dias	248.448	654.591	264.784	705.456	45.917	75.016	46.956	76.026
Entre 91 e 180 dias	1.374.972	1.428.606	2.485.928	2.053.521	60.516	623	61.545	623
Entre 181 e 360 dias	1.321.101	1.172.876	1.927.672	2.064.631	53	22	53	22
Acima de 361 dias	145.525	99.618	145.780	99.618	-	-	-	-
	3.783.288	4.265.941	6.103.205	6.153.804	254.936	229.621	300.745	286.181
Valores vencidos:								
Até 30 dias	73.622	56.855	97.890	73.054	2.696	1.803	5.583	8.574
Entre 31 e 60 dias	54.509	38.272	54.509	38.272	393	1.738	830	2.272
Entre 61 e 90 dias	50.498	34.915	50.498	34.915	387	363	662	1.774
Entre 91 e 180 dias	131.101	95.742	131.101	95.742	1.413	1.765	1.631	4.173
	309.730	225.784	333.998	241.983	4.889	5.669	8.706	16.793
	4.093.018	4.491.725	6.437.203	6.395.787	259.825	235.290	309.451	302.974

9. Estoques

Política contábil

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido de realização. O custo médio de aquisição compreende o preço de compra, os impostos e tributos não recuperáveis, como por exemplo, o ICMS substituição tributária, bem como outros custos diretamente atribuíveis à aquisição. As provisões para perdas nos estoques são compostas pela provisão para realização de estoques que corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda e provisão para obsolescência que considera mercadorias com giro lento e aquelas encaminhadas à assistência técnica, além da provisão para perdas em inventários físicos de lojas e centros de distribuição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda	6.823.681	6.511.511	7.866.166	7.641.437
Material para consumo	26.881	23.088	35.087	35.423
Provisões para perdas nos estoques	(257.318)	(151.296)	(290.121)	(179.561)
	6.593.244	6.383.303	7.611.132	7.497.299

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui estoques de mercadorias para revendas dadas em garantias de processos judiciais, em fase de execução, no montante aproximado de R\$8.988 (R\$21.650 em 31 de dezembro de 2023).

A movimentação da provisão para perdas nos estoques é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(151.296)	(162.468)	(179.561)	(184.484)
Constituição da provisão	(200.981)	(47.928)	(219.973)	(62.269)
Estoques baixados ou vendidos	94.959	59.100	109.413	67.192
Saldo no final	(257.318)	(151.296)	(290.121)	(179.561)

10. Partes relacionadas

Empresa	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Luizacred (i)								
Comissões por serviços prestados	23.521	1.915	23.521	1.915	226.342	248.344	226.342	248.344
Cartão de crédito	1.239.666	1.125.171	1.588.883	1.222.793	(269.527)	(373.799)	(269.527)	(373.799)
Repasse de recebimentos	(78.283)	(84.061)	(78.283)	(84.061)	-	-	-	-
Reembolso de despesa compartilhadas	41.885	45.523	41.885	45.523	110.577	136.610	110.577	136.610
	1.226.789	1.088.548	1.576.006	1.186.170	67.392	11.155	67.392	11.155
Luizaseg (ii)								
Comissões por serviços prestados	-	-	-	-	-	373.373	-	373.373
Total de Controladas em conjunto	1.226.789	1.088.548	1.576.006	1.186.170	67.392	384.528	67.392	384.528
Netshoes (iii)								
Comissões por serviços prestados e reembolso de despesas compartilhadas	17.464	(71.090)	-	-	14.777	22.013	-	-
Época Cosméticos (iv)								
Comissões por serviços prestados	994	690	-	-	4.895	4.913	-	-
Kabum (v)								
Comissões por serviços prestados	19.101	8.210	-	-	20.145	19.196	-	-
Nota Promissória	(200.000)	-	-	-	-	-	-	-
	(180.899)	8.210	-	-	20.145	19.196	-	-
Luiza Administradora de Consórcio(vi)								
Comissões por serviços prestados	-	1.210	-	-	16.418	16.383	-	-
Dividendos a receber	50.000	6.454	-	-	-	-	-	-
Grupo de Consórcios	447	44	447	44	-	-	-	-
	50.447	7.708	447	44	16.418	16.383	-	-
Magalog (vii)								
Repasse de recebimentos	(121.766)	(106.178)	-	-	-	-	-	-
Despesas com fretes	-	-	-	-	(1.831.725)	(1.847.222)	-	-
	(121.766)	(106.178)	-	-	(1.831.725)	(1.847.222)	-	-
Magalupay(viii)								
Repasse de recebimentos	465.652	450.686	-	-	(160.064)	(290.668)	-	-
Luizalabs (ix)								
Desenvolvimento de sistemas	-	(14.774)	-	-	-	(14.774)	-	-
Total de Controladas	231.892	275.252	447	44	(1.935.554)	(2.090.159)	-	-
MTG Participações (x)								
Aluguéis e outros repasses	(3.977)	(2.744)	(3.977)	(2.744)	(88.661)	(79.018)	(88.661)	(79.018)
PJD Agropastoril (xi)								
Aluguéis, fretes e outros repasses	(30)	(56)	(30)	(56)	(741)	(968)	(741)	(968)
LH Participações (xii)								
Aluguéis	(223)	(216)	(223)	(216)	(2.672)	(2.590)	(2.672)	(2.590)
ASENOVE Administração (xiii)								
Aluguéis	-	(15)	-	(15)	-	(132)	-	(132)
ETCO – SCP (xiv)								
Comissão de agenciamento - "Fee"	-	-	-	-	(7.568)	(7.406)	(7.568)	(7.406)
Despesa com veiculação de mídia	(17.879)	(10.426)	(17.879)	(10.426)	(236.507)	(231.445)	(236.507)	(231.445)
	(17.879)	(10.426)	(17.879)	(10.426)	(244.075)	(238.851)	(244.075)	(238.851)
Total de outras partes relacionadas	(22.109)	(13.457)	(22.109)	(13.457)	(336.149)	(321.559)	(336.149)	(321.559)
Total de partes relacionadas	1.436.572	1.350.343	1.554.344	1.172.757	(2.204.311)	(2.027.190)	(268.757)	62.969

Demais partes relacionadas - Títulos e valores mobiliários	Ativo (Passivo)				Resultado			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Operações com fundos de investimento exclusivos - classificados como Títulos e valores mobiliários (xv)	217.627	524.239	217.627	771.015	18.874	30.431	18.874	30.431

10. Partes relacionadas--Continuação

Reconciliação	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de partes relacionadas	1.864.959	1.675.950	1.661.405	1.273.718
Contas a pagar a partes relacionadas	(428.387)	(325.607)	(107.061)	(100.961)
	1.436.572	1.350.343	1.554.344	1.172.757

- (i) As transações com a Luizacred, controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A., referem-se às seguintes atividades:
- (a) Recebíveis em cartões de crédito *private label* e despesas financeiras com antecipação de tais recebíveis;
 - (b) Saldo a receber decorrente de vendas de produtos financiadas aos clientes pela Luizacred, recebidas pela Controladora;
 - (c) Comissões dos serviços prestados mensalmente pela Companhia, que incluem a captação de clientes, gestão e administração das operações de crédito ao consumidor, controle e cobrança dos financiamentos concedidos, indicação de seguros vinculados aos produtos e serviços financeiros. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se a recebimentos de prestações de clientes nos caixas das lojas da Companhia, que são transferidos para a Luizacred;
 - (d) Reembolso de despesas compartilhadas.
- (ii) A participação societária e o controle detido pelo Magazine Luiza S.A. na Luizaseg foi alienada à NCVP Participações Societárias S.A., subsidiária da Cardif do Brasil Seguros e Previdência S.A. em 31 de outubro de 2023, conforme nota explicativa 13 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2023. Portanto, a Luizaseg deixou de ser considerada uma parte relacionada à luz do CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas.
- (iii) Os valores da Netshoes, controlada integral, referem-se às comissões pelas vendas efetuadas via plataforma de Marketplace da Controladora e reembolso de despesas compartilhadas.
- (iv) As transações com a Época Cosméticos, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de Marketplace da Controladora.
- (v) As transações com a KaBuM, controlada integral, referem-se às comissões com vendas via plataforma de Marketplace da Controladora e Notas Promissórias, firmadas com o Magazine Luiza, que foram liquidadas em 22 de janeiro de 2025 por redução de capital da controlada.
- (vi) Os valores a receber (ativo circulante) do Consórcio Luiza (LACs), controlada integral, referem-se a dividendos propostos, às comissões pelas vendas efetuadas pela Controladora como representante das operações de consórcio. Os valores a pagar (passivo circulante) referem-se aos repasses a realizar à "LAC" referentes às prestações de consórcios recebidas pela Controladora nos caixas dos seus pontos de venda.
- (vii) As transações com a Magalog, controlada integral, referem-se a despesas com frete e repasse de recebíveis.
- (viii) Transações com a Magalupay, controlada integral, referem-se às comissões a receber pelas vendas transacionadas em sua plataforma pelos sellers de Marketplace.
- (ix) Refere-se à prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas prestados pela controlada Luizalabs Computação e Sistemas de Informação Ltda.
- (x) As transações com a MTG Administração, Assessoria e Participações S.A., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais para o estabelecimento de suas lojas, assim como centros de distribuição e reembolso de despesas.
- (xi) As transações com a PJD Agropastoril Ltda., empresa controlada por controladores indiretos da Companhia, referem-se aluguéis de caminhões para fretes de mercadorias.
- (xii) As transações com a LH Agropastoril, Administração Participações Ltda., controlada pelos mesmos controladores da Companhia, referem-se a despesas com aluguéis de prédios comerciais e escritório central.
- (xiii) As transações com a ASENOVE Administração e Participações Ltda., controlada por um acionista controlador da Companhia, referem-se a despesa com aluguel de prédio comercial.
- (xiv) As transações com a ETCO Sociedade em Conta de Participação, que tem como sócia participante empresa controlada pela presidente do Conselho de Administração da Companhia, referem-se a contratos de prestação de serviços de publicidade e propaganda, incluindo também repasses relacionados a serviços de veiculação, produção de mídias e criação gráfica.
- (xv) Refere-se às operações de aplicação, resgate e rendimentos com os fundos de investimentos exclusivos (ML Renda Fixa Crédito Privado FI e BB MGL Fundo de Investimento RF Longo Prazo, vide Nota 7 - Títulos e valores mobiliários).

10. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração da Administração na Controladora e Consolidado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Remuneração fixa e variável	5.221	18.490	4.588	8.826
Plano de ações	1.053	6.283	193	1.808

A Companhia não possui benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo. Os benefícios de curto prazo para a diretoria estatutária são os mesmos dos demais funcionários da Companhia, sendo que determinados colaboradores elegíveis são beneficiários de plano de incentivos atrelados a ações, mencionado na nota 25. É política interna da Companhia o pagamento de Participação nos Lucros e Resultados aos seus colaboradores. Tais valores são provisionados em bases mensais pela Companhia, de acordo com a estimativa de atendimento de metas. A remuneração global dos administradores foi aprovada por Assembleia Geral Ordinária dia 24 de abril de 2024, em que foi previsto o limite de R\$34.085 para o exercício de 2024.

11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ICMS a recuperar (a)	2.082.936	2.460.626	2.118.055	2.506.638
PIS e COFINS a recuperar (b)	1.393.710	1.420.482	1.587.996	1.618.975
Outros	3.624	3.613	21.129	19.143
	3.480.270	3.884.721	3.727.180	4.144.756
Ativo circulante	1.671.336	1.475.359	1.856.475	1.680.511
Ativo não circulante	1.808.934	2.409.362	1.870.705	2.464.245

- (a) Referem-se a créditos acumulados de ICMS próprio e por substituição tributária, oriundos de aplicação de alíquotas diversificadas em operações de entrada e de saída de mercadoria interestaduais. Os referidos créditos estão sendo realizados por meio de solicitação de ressarcimento e compensações de débitos de mesma natureza junto aos Estados de origem do crédito.
- (b) Em julgamento realizado em 2023, o STJ fixou entendimento no sentido da não incidência de PIS/COFINS sobre os descontos, bonificações e abatimentos recebidos por empresas varejistas de seus fornecedores. Assim, com base nos precedentes judiciais e na opinião de seus assessores legais, a Companhia concluiu no exercício fiscal de 2023 as apurações e retificações das obrigações acessórias do PIS/COFINS referente aos períodos anteriores a 2023, de forma a excluir as bonificações recebidas da base de tributação. Como resultado, a Companhia registrou os efeitos da redução de débitos de PIS/COFINS e o consequente retorno dos créditos utilizados a maior no passado à rubrica de tributos a recuperar, como um crédito extemporâneo, que estão sendo compensados com débitos federais. Em junho de 2024, a Companhia reavaliou a metodologia de cálculo da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS relacionada às suas ações judiciais transitadas em julgado e, como resultado, reconheceu um valor de R\$ 160.788 em contrapartida da rubrica de outras receitas operacionais, líquidas.

12. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Imposto corrente

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício. As provisões para imposto sobre a renda e contribuição social são calculadas individualmente por empresa componente da Companhia com base nas alíquotas vigentes no fim dos exercícios.

Subvenções governamentais para investimento são reconhecidas como redutoras de impostos sobre as vendas, quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

Imposto diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não sujeitos à prescrição. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a base tributável futura será em montante suficiente para absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Os impostos diferidos ativos e passivos são mutuamente compensados apenas quando há o direito legal de compensação, quando estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

a) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL a recuperar	87	17	37.049	73.301
IRRF a compensar	41.915	79.357	60.722	103.723
Total do ativo circulante	42.002	79.374	97.771	177.024

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Reconciliação do efeito tributário sobre o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	280.723	(1.866.871)	87.384	(2.064.367)
Alíquota nominal vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (débito) de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(95.446)	634.736	(29.711)	701.885
Reconciliação para a taxa efetiva (efeitos da aplicação das taxas fiscais):				
Exclusão - equivalência patrimonial	157.752	47.835	50.475	(6.463)
IR/CS diferidos reconhecidos - Netshoes e Magalupay (1)	-	-	152.322	167.286
Efeito de subvenção governamental (2)	69.328	154.832	150.660	162.645
Exclusão de atualização monetária de indêbitos tributários (3)	28.534	57.781	32.915	62.678
Amortização de ágio (Magalupay) (4)	-	-	12.213	-
Outras exclusões permanentes, líquidas	7.826	(7.417)	(7.541)	(2.768)
Crédito de imposto de renda e contribuição social	167.994	887.767	361.333	1.085.263
Corrente	-	-	(48.339)	(68.929)
Diferido	167.994	887.767	409.672	1.154.192
Total	167.994	887.767	361.333	1.085.263
Taxa efetiva	-59,84%	47,55%	-413,50%	52,57%

- (1) As controlada Netshoes e Magalupay, considerando os estudos sobre expectativa de rentabilidade futura, reconheceu o Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro, bem como sobre diferenças temporárias.
- (2) A Companhia, no exercício regular de suas atividades, usufrui de uma série de benefícios fiscais concedidos pelos Estados da Federação. Considerando o conceito atribuído pela Lei Complementar 160/2017, estes benefícios se caracterizam como subvenção para investimentos e, de acordo com o CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, são registrados na demonstração do resultado do exercício.
- (3) Em 24 de setembro de 2021, em decisão do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, foi declarada inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A Companhia possui mandado de segurança, com data anterior a do julgamento do STF, no qual tem como objeto justamente o reconhecimento da ilegitimidade da incidência de IRPJ e CSLL e da PIS/COFINS sobre a Selic em créditos fiscais. Em razão da decisão do STF, a Companhia realizou a exclusão permanente de tais valores de sua base de cálculo, avaliando que é provável que o tema seja aceito pelas autoridades, nos termos da ICPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento sobre o Lucro (equivalente à IFRIC 23).
- (4) Refere-se à parcela dedutível fiscalmente do ágio por rentabilidade futura, advindo da aquisição e incorporação societária da Hub Fintech.

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos

c) Composição e movimentação dos saldos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2023	Resultado	Patrimônio Líquido	31/12/2024	31/12/2023	Resultado	Patrimônio Líquido
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:							
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.796.415	27.522	-	1.823.937	2.056.572	51.377	-
Provisão para perda esperada de créditos	124.603	42.494	-	167.097	128.573	48.218	-
Provisão para perda nos estoques	51.441	36.047	-	87.488	51.918	42.181	-
Provisão para ajustes a valor presente e valor justo	95.037	5.454	70.148	170.639	95.037	5.453	70.148
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	338.811	73.193	-	412.004	494.557	150.253	-
Provisão para plano de ações	134.637	(111.017)	-	23.620	134.637	(110.613)	-
Diferença temporária sobre arrendamentos	105.698	16.967	-	122.665	105.698	17.233	-
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	717	-	(40.962)	(230.040)	115.962	-
Depósitos judiciais	617	-	-	617	617	-	-
Créditos tributários diferidos (1)	(102.149)	80.422	-	(21.727)	(131.605)	80.422	-
Outras provisões	10.264	(3.805)	-	6.459	25.766	9.186	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	2.513.695	167.994	70.148	2.751.837	2.731.730	409.672	70.148

	Controladora			Consolidado		
	Saldo em 2022	Resultado	Saldo em 2023	Saldo em 2022	Resultado	Saldo em 2023
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:						
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.033.410	763.005	1.796.415	1.096.109	960.463	2.056.572
Provisão para perda esperada de créditos	90.681	33.922	124.603	90.681	37.892	128.573
Provisão para perda nos estoques	55.239	(3.798)	51.441	55.542	(3.624)	51.918
Provisão para ajustes a valor presente	83.998	11.039	95.037	83.998	11.039	95.037
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	277.044	61.767	338.811	392.931	101.626	494.557
Provisão para plano de ações	127.528	7.109	134.637	127.528	7.109	134.637
Diferença temporária sobre arrendamentos	88.255	17.443	105.698	88.255	17.443	105.698
Diferença temporária sobre valor justo em aquisições	(41.679)	-	(41.679)	(258.028)	27.988	(230.040)
Depósitos judiciais	617	-	617	617	-	617
Créditos tributários diferidos (1)	(102.149)	-	(102.149)	(131.605)	-	(131.605)
Outras provisões	12.984	(2.720)	10.264	31.510	(5.744)	25.766
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.625.928	887.767	2.513.695	1.577.538	1.154.192	2.731.730

(1) Refere-se a exclusões temporárias da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido relacionadas ao reconhecimento de créditos tributários, cujo benefício fiscal é observado em momento distinto ao reconhecimento contábil.

12. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos por empresa

	Saldo em 2023	Diferido Ativo	Diferido Passivo	Saldo em 2024
Controladora	2.513.695	2.751.837	-	2.751.837
Netshoes	194.230	257.206	-	257.206
KaBuM	(86.277)	-	(30.302)	(30.302)
Consórcio Luiza	(1.625)	-	(6.246)	(6.246)
Época Cosméticos	40.150	61.183	-	61.183
Magalog	80.859	84.975	-	84.975
Luizalabs	7.918	15.582	-	15.582
Magalupay	(17.220)	77.315	-	77.315
Consolidado	2.731.730	3.248.098	(36.548)	3.211.550

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferido ativo registrado limita-se aos valores cuja realização é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, aprovadas pela Administração. A projeção de realização do imposto de renda e contribuição social referente ao prejuízo fiscal e base negativa de contribuição é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
De um a três anos	(19.260)	(48.667)
De três a cinco anos	(330.929)	(354.872)
Acima de cinco anos	(1.473.748)	(1.704.410)
	(1.823.937)	(2.107.949)

d) IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro

A interpretação explica como considerar a incerteza na contabilização do imposto de renda. A IAS 12 /CPC32 - Imposto de Renda, especifica como contabilizar os impostos de renda correntes e diferidos, mas não como refletir os efeitos da incerteza. Por exemplo, pode não estar claro: i) como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas; ii) ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade.

Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

Com exceção dos assuntos mencionados no item b) (2) e (3) acima, a Companhia não identificou efeitos significativos da Interpretação.

13. Investimentos em controladas

Política Contábil

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

13. Investimento em controladas--Continuação

a) Movimentação dos investimentos em controladas

A movimentação dos investimentos em controladas diretas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

Posição em 31/12/2024

Informações Financeiras	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalupay	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs
Quotas/ ações	1.514.532.428	1.976.774	34.405.475	2.000.000	6.500	16.726	23.273.616
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	640.503	1.554.601	208.657	2.938.749	257.547	290.945	61.972
Ativo Não Circulante	819.475	368.258	341.689	554.648	52.989	380.129	390.346
Passivo Circulante	585.957	1.098.859	173.252	2.672.643	177.267	352.965	103.693
Passivo Não Circulante	302.485	212.457	155.377	147.824	46.709	33.231	74.138
Capital Social	436.636	250.882	145.955	490.489	50.050	387.346	214.543
Patrimônio Líquido	571.536	611.543	221.717	672.930	86.560	284.878	274.487
Receita Líquida	1.733.496	3.163.463	611.807	794.105	147.612	2.076.500	417.551
Lucro Líquido (Prejuízo)	115.728	76.405	(22.423)	209.262	41.051	1.906	(27.820)

Movimentação	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalupay	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs	Total
Saldo Inicial	1.287.661	1.980.246	285.829	457.526	95.508	237.526	285.473	4.629.769
AFAC (redução de capital)	(198.274)	-	-	-	-	53.212	51.240	(93.822)
Outros resultados abrangentes	462	-	-	(611)	-	-	-	(149)
Plano de ação	4.810	(2.460)	(136)	6.753	-	(1.058)	(2.641)	5.268
Dividendos propostos	-	-	-	-	(50.000)	-	-	(50.000)
Equivalência patrimonial	94.724	30.485	(29.803)	209.262	41.051	(669)	(29.529)	315.521
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.189.383	2.008.271	255.890	672.930	86.559	289.011	304.543	4.806.587

13. Investimento em controladas--Continuação

a) Movimentação dos investimentos em controladas--Continuação

Posição em 31/12/2023

Informações Financeiras	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalupay	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs
Quotas/ ações	1.514.532.428	1.976.774	34.405.475	2.000.000	6.500	16.726	23.273.616
% participação	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Ativo Circulante	757.326	1.792.889	237.502	2.586.682	176.963	310.045	74.216
Ativo Não Circulante	577.362	149.343	263.429	502.194	40.678	375.375	272.247
Passivo Circulante	538.958	796.678	164.570	2.433.064	93.290	407.497	83.373
Passivo Não Circulante	314.205	607.954	92.086	198.286	28.843	47.105	9.382
Capital Social	634.910	250.882	145.955	490.489	50.050	334.134	163.303
Patrimônio Líquido	648.811	537.600	244.275	457.526	95.508	230.818	253.708
Receita Líquida	1.836.116	3.226.979	580.429	937.131	130.062	2.067.693	24.170
Lucro Líquido (Prejuízo)	177.725	87.749	(22.476)	105.805	26.419	(116.432)	(7.176)

Movimentação	Netshoes	Kabum	Época Cosméticos	Magalupay	Consórcio Luiza	Magalog	Luizalabs	Total
Saldo Inicial	1.168.083	1.922.997	270.263	430.028	75.363	275.124	237.873	4.379.731
AFAC	4.238	-	37.950	22.010	-	79.627	37.451	181.276
Outros resultados abrangentes	(356)	-	-	-	-	-	-	(356)
Plano de ação	(186)	(1.864)	92	(317)	-	(138)	18.103	15.690
Dividendos	-	-	-	(100.000)	(6.275)	-	-	(106.275)
Equivalência patrimonial	115.882	59.113	(22.476)	105.805	26.420	(117.087)	(7.954)	159.703
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.287.661	1.980.246	285.829	457.526	95.508	237.526	285.473	4.629.769

13. Investimento em controladas--Continuação

b) Conciliação do valor contábil

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia ¹	Saldo em 31/12/2024
Netshoes	571.536	486.718	131.129	1.189.383
Kabum	611.543	705.042	691.685	2.008.270
Época Cosméticos	221.717	34.173	-	255.890
Magalupay	672.930	-	-	672.930
Consórcio Luiza	86.560	-	-	86.560
Magalog	284.878	3.756	377	289.011
Luizalabs	274.487	25.421	4.635	304.543
	2.723.651	1.255.110	827.826	4.806.587

¹ Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

Controladas	Patrimônio líquido	Ágio gerado na aquisição	Mais valia ¹	Saldo em 31/12/2023
Netshoes	648.811	486.718	152.132	1.287.661
Kabum	537.600	710.911	731.735	1.980.246
Época Cosméticos	244.275	36.826	4.728	285.829
Magalupay	457.526	-	-	457.526
Consórcio Luiza	95.508	-	-	95.508
Magalog	230.818	3.756	2.952	237.526
Luizalabs	253.708	25.421	6.344	285.473
	2.468.246	1.263.632	897.891	4.629.769

¹ Refere-se à diferença de valor justo de ativos e passivos alocados no preço de aquisição.

14. Investimentos em controladas em conjunto

Política Contábil

O investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente ao custo. A partir da data de aquisição, o valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *joint venture*.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da *joint venture*. Eventual variação em outros resultados abrangentes dessas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes na Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio líquido da *joint venture*, a Companhia reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Companhia e a *joint venture* são eliminados em proporção à participação na *joint venture*.

As demonstrações financeiras da *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Companhia. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

14. Investimento em controladas em conjunto--Continuação

Política Contábil--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em sua joint venture. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na joint venture sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *joint venture* e o valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado. A Companhia não identificou evidências objetivas para reconhecer redução ao valor recuperável em 2024 e 2023.

Posição em 31/12/2024

Participação	Luizacred
Quotas/ ações	31.056.244
% participação	50%
Ativo Circulante	18.977.578
Ativo Não Circulante	1.572.852
Passivo Circulante	18.503.253
Passivo Não Circulante	94.241
Capital Social	1.682.002
Patrimônio Líquido	1.952.936
Receita Líquida	4.430.465
Lucro líquido do exercício	295.072

Movimentação	Luizacred
Saldo em 31 de dezembro de 2023	322.516
Aumento de capital (a)	543.001
Outros resultados abrangentes	439
Dividendos	(42.550)
Lucros não realizados	920
Equivalência patrimonial	147.536
Saldo em 31 de dezembro de 2024	971.862

(a) A Companhia, juntamente ao Itaú Unibanco Holding S.A., aprovaram um aumento de capital no valor de R\$1.086.002 bilhão, que foi integralizado proporcionalmente às suas participações no capital social da Luizacred, em 06 de maio de 2024, 15 de agosto de 2024 e 20 de dezembro de 2024, mantendo-se então o controle conjunto. Este aumento de capital está vinculado ao planejamento estratégico da Luizacred.

Posição em 31/12/2023

Participação	Luizacred
Quotas/ ações	31.056.244
% participação	50%
Ativo Circulante	17.659.293
Ativo Não Circulante	1.755.990
Passivo Circulante	18.665.838
Passivo Não Circulante	93.358
Capital Social	596.000
Patrimônio Líquido	656.087
Receita Líquida	4.463.614
Prejuízo do exercício	(97.807)

14. Investimento em controladas em conjunto--Continuação

Posição em 31/12/2023--Continuação

Movimentação	Luizacred	Luizaseg ¹	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	370.550	(31.717)	338.833
Venda de controlada em conjunto	-	48.961	48.961
Outros resultados abrangentes	(50)	4.539	4.489
Dividendos	-	(50.757)	(50.757)
Lucros não realizados / Diferença de prática	920	(7.953)	(7.033)
Equivalência patrimonial	(48.904)	36.927	(11.977)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	322.516	-	322.516

¹ Venda de participação societária -Luizaseg - No dia 10 de maio de 2023, como parte da repactuação do contrato de aliança estratégica entre o Grupo BNP Paribas Cardif, Magazine Luiza e Luizaseg, foi assinado o contrato de compra e venda futura para alienação da totalidade da participação detida pelo Magazine Luiza na Luizaseg para a NCVP, pelo montante de R\$ 160 milhões. Em 31 de outubro de 2023, houve a conclusão da venda da participação acima citada, a qual estava sujeita ao cumprimento de determinadas condições precedentes, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A Companhia apurou ganho de R\$ 201.920 na operação (nota 29).

Total de investimentos em controladas em conjunto

	31/12/2024	31/12/2023
Luizacred (a)	976.467	328.044
Luizacred - Diferença de prática (b)	(4.605)	(5.528)
	971.862	322.516

(a) Participação de 50% do capital social votante representando o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle do negócio, exigido o consentimento unânime das partes sobre decisões e atividades financeiras e operacionais relevantes. A Luizacred é controlada em conjunto com o Banco Itaúcard S.A. e tem por objeto, a oferta, a distribuição e a comercialização de produtos e serviços financeiros aos clientes da Companhia.

(b) Ajuste de diferença de prática contábil relacionada ao reconhecimento contábil da receita decorrente do acordo de associação realizado entre as partes e descrito na nota explicativa 31, item b.

15. Arrendamentos

A Companhia atua como arrendatária em contratos principalmente relacionados a imóveis (lojas físicas, centros de distribuição e unidades administrativas). A Companhia reconhece esses contratos de acordo com o CPC 06 (R2) IFRS 16, no balanço patrimonial como direito de uso e passivo de arrendamento.

Política Contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente dos contratos.

15. Arrendamentos--Continuação

Política Contábil--Continuação

A Companhia utilizou como componente do custo os valores de pagamentos de arrendamento fixos ou fixos em essência, que seriam os pagamentos mínimos acordados em contratos com pagamentos variáveis de acordo com atingimento de receitas. Os valores de pagamentos especificamente variáveis estão fora do alcance do CPC 06 (R2) e são reconhecidos mensalmente como despesas operacionais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros incremental no arrendamento, que é definida como a taxa equivalente ao que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem. Foi reconhecido como despesas de aluguel variável ou com prazo indeterminado o valor de R\$58.439 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 68.383 em 31 de dezembro de 2023).

As movimentações do direito de uso, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em inicial	3.282.873	3.473.159	3.343.054	3.511.497
Adição/remensuração	470.723	461.151	560.130	511.953
Custos diretos	3.405	9.035	3.405	9.035
Baixas	(71.805)	(85.798)	(89.351)	(85.798)
Depreciação	(556.157)	(574.674)	(581.866)	(603.633)
Saldo final	3.129.039	3.282.873	3.235.372	3.343.054
Composição				
Valor do custo	5.992.783	5.591.228	6.156.101	5.698.792
Depreciação acumulada	(2.863.744)	(2.308.355)	(2.920.729)	(2.355.738)
	3.129.039	3.282.873	3.235.372	3.343.054

15. Arrendamentos--Continuação

Política Contábil--Continuação

As movimentações do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	3.514.349	3.651.663	3.578.155	3.693.516
Adição/remensuração	470.723	461.151	560.116	511.953
Pagamento de principal	(482.616)	(483.901)	(502.139)	(512.750)
Pagamento de juros	(315.484)	(325.944)	(320.759)	(328.595)
Juros provisionados	315.484	304.696	321.503	307.347
Baixa	(83.576)	(93.316)	(103.341)	(93.316)
Saldo final	3.418.880	3.514.349	3.533.535	3.578.155
Passivo circulante	425.027	493.861	452.654	508.359
Passivo não circulante	2.993.853	3.020.488	3.080.881	3.069.796

Informações adicionais

Como descrito acima, a Companhia adotou como taxa de desconto dos passivos de arrendamento a sua taxa incremental de empréstimo, que é calculada como uma taxa básica de juros nominal prontamente observável, ajustada pelo risco de crédito da Companhia, aos prazos dos contratos de arrendamento e a natureza e qualidade de possíveis garantias a serem oferecidas. Considerando que os contratos de arrendamento da Companhia são substancialmente contratos com fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários e, considerando também as sugestões de divulgação descritas no Ofício Circular SNC/SEP 02/19 da CVM, a Companhia fornece abaixo informações adicionais sobre as características dos contratos para que os usuários dessas demonstrações financeiras possam, a seu critério, realizar projeções dos fluxos de pagamentos futuros indexados pela inflação do período:

15. Arrendamentos--Continuação

Fluxos contratuais em 31 de dezembro de 2024

Maturidade Vencimento	Taxa média Desconto	Fluxo Contratual Pagamentos – Consolidado						
		2025	2026	2027	2028	2029	2030	Acima de 2030
2025-2027	9,03%	223.911	149.726	59.468	-	-	-	-
2028-2030	9,58%	120.530	121.489	121.515	97.116	56.017	17.273	-
2031-2033	9,95%	145.479	145.434	145.841	145.632	145.744	145.740	211.738
2034-2036	8,42%	172.677	173.096	173.187	173.055	172.364	172.865	758.992
2037-2039	8,14%	72.220	72.586	72.522	72.194	71.965	72.528	579.447
2040-2042	9,70%	39.907	40.306	40.343	40.343	40.301	40.059	400.462
Após 2042	13,95%	2.933	2.939	2.938	2.939	2.935	2.934	38.280
Total		777.657	705.576	615.814	531.279	489.326	451.399	1.988.919
Inflação projetada¹		6,72%	6,72%	6,72%	6,72%	6,60%	6,60%	6,60%

¹Taxa obtida através de cotações de cupons DI x IPCA futuros observadas na B3 (www.b3.com.br)

Em 31 de dezembro de 2024, o potencial crédito de PIS e COFINS sobre o fluxo contratual bruto dos exercícios de 2025 e 2026 é de R\$137.199 e, trazido a valor presente pelo prazo médio ponderado é de R\$125.729. Devido à aprovação da Emenda Constitucional 132/2023, as contribuições ao PIS e COFINS serão extintas e substituídas pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), ainda pendente de regulamentação. Assim, os pagamentos de arrendamentos gerarão créditos de PIS e COFINS até 31 de dezembro de 2026 e créditos de CBS a partir de 2027.

16. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, a exceção de terrenos e obras em andamento, acrescidos dos juros incorridos e capitalizados durante a fase de construção dos bens, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo ou família de ativos, pelo método linear, de modo que seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes de seu uso contínuo. Ganhos ou perdas na venda ou baixa são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de ativos imobilizados está descrita na nota explicativa 4.2.

A movimentação do imobilizado, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

Controladora

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Móveis e utensílios	288.758	24.992	(46.409)	-	-	267.341
Máquinas e equipamentos	291.446	8.747	(17.771)	-	-	282.422
Veículos	4.464	8.166	(2.654)	(399)	-	9.577
Computadores e periféricos	152.742	51.748	(64.808)	-	-	139.682
Benfeitorias	894.295	82	(94.668)	(1.096)	98.341	896.954
Obras em andamento	7.072	96.535	-	(150)	(98.254)	5.203
Outros	12.219	7.840	(2.438)	(162)	(87)	17.372
	1.650.996	198.110	(228.748)	(1.807)	-	1.618.551

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	330.623	15.423	(49.930)	-	(7.358)	288.758
Máquinas e equipamentos	303.571	5.649	(17.226)	(748)	200	291.446
Veículos	5.606	1.534	(2.705)	-	29	4.464
Computadores e periféricos	179.293	32.389	(65.692)	(707)	7.459	152.742
Benfeitorias	913.130	136	(83.955)	-	64.984	894.295
Obras em andamento	23.789	48.364	-	(89)	(64.992)	7.072
Outros	13.280	2.205	(2.791)	(153)	(322)	12.219
	1.769.292	105.700	(222.299)	(1.697)	-	1.650.996

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	577.858	(310.517)	267.341	558.290	(269.532)	288.758
Máquinas e equipamentos	403.778	(121.356)	282.422	394.899	(103.453)	291.446
Veículos	25.060	(15.483)	9.577	20.865	(16.401)	4.464
Computadores e periféricos	507.029	(367.347)	139.682	461.805	(309.063)	152.742
Benfeitorias	1.351.550	(454.596)	896.954	1.285.109	(390.814)	894.295
Obras em andamento	5.203	-	5.203	7.072	-	7.072
Outros	45.315	(27.943)	17.372	39.283	(27.064)	12.219
	2.915.793	(1.297.242)	1.618.551	2.767.323	(1.116.327)	1.650.996

16. Imobilizado--Continuação

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Móveis e utensílios	328.841	28.068	(50.005)	(5)	(28.729)	278.170
Máquinas e equipamentos	315.968	9.540	(26.595)	-	25.879	324.792
Veículos	14.252	8.166	(4.190)	(399)	-	17.829
Computadores e periféricos	198.835	107.638	(84.329)	(1)	4.102	226.245
Benfeitorias	923.832	789	(101.136)	(1.012)	106.980	929.453
Obras em andamento	29.569	104.474	-	(142)	(107.859)	26.042
Outros	30.225	7.925	(5.412)	(171)	(373)	32.194
	1.841.522	266.600	(271.667)	(1.730)	-	1.834.725

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Móveis e utensílios	375.746	12.121	(53.200)	(89)	(5.737)	328.841
Máquinas e equipamentos	330.227	6.918	(20.719)	(932)	474	315.968
Veículos	6.023	11.598	(3.392)	(6)	29	14.252
Computadores e periféricos	196.027	73.508	(77.169)	(990)	7.459	198.835
Benfeitorias	947.136	204	(90.679)	(8)	67.179	923.832
Obras em andamento	45.361	54.591	-	(55)	(70.328)	29.569
Outros	54.959	1.372	(4.707)	(22.323)	924	30.225
	1.955.479	160.312	(249.866)	(24.403)	-	1.841.522

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	595.526	(317.356)	278.170	619.950	(291.109)	328.841
Máquinas e equipamentos	499.715	(174.923)	324.792	448.966	(132.998)	315.968
Veículos	35.954	(18.125)	17.829	31.858	(17.606)	14.252
Computadores e periféricos	646.903	(420.658)	226.245	551.890	(353.055)	198.835
Benfeitorias	1.455.383	(525.930)	929.453	1.381.906	(458.074)	923.832
Obras em andamento	26.042	-	26.042	29.569	-	29.569
Outros	74.122	(41.928)	32.194	68.382	(38.157)	30.225
	3.333.645	(1.498.920)	1.834.725	3.132.521	(1.290.999)	1.841.522

Taxas de depreciação

As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Móveis e utensílios	10%	10%
Máquinas e equipamentos	5%	5%
Aeronaves	5%	5%
Veículos leves	20%	20%
Veículos pesados	14,3%	14,3%
Computadores e periféricos	20%	20%
Benfeitorias	10,9%	10,1%

A Companhia não possui itens imobilizados ociosos ou mantidos para venda.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

A Companhia efetuou o teste de recuperabilidade de seus ativos imobilizados, de acordo com as premissas descritas na nota 17, que não resultou na necessidade de constituição de provisão para recuperabilidade dos ativos.

17. Intangível

Política contábil

Os ágios apurados em aquisições de investimentos, combinações de negócios, são inicialmente mensurados como o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos a valor justo (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio, que possui vida útil indefinida, é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável, conforme descrito na nota 4.

Os softwares referem-se ao custo de aquisição do sistema de gestão empresarial e que vem sendo amortizado linearmente em cinco anos.

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. Enquanto tais desenvolvimentos não são encerrados, os saldos são controlados no grupo de “Projetos em andamento”.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros a ele vinculados, sendo reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

A política contábil relacionada à redução ao valor recuperável de intangíveis está descrita na nota explicativa 4.2.

As movimentações do intangível, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, foram as seguintes:

Controladora

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Software	701.528	70.184	(254.080)	(371)	316.262	833.523
Projetos em andamento	40.124	278.553	-	-	(316.262)	2.415
Outros	118	-	-	-	-	118
	1.055.626	348.737	(254.080)	(371)	-	1.149.912

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ágio	313.856	-	-	-	-	313.856
Software	510.620	59.406	(204.884)	(125)	336.511	701.528
Projetos em andamento	72.155	304.480	-	-	(336.511)	40.124
Outros	118	-	-	-	-	118
	896.749	363.886	(204.884)	(125)	-	1.055.626

17. Intangível--Continuação

Controladora--Continuação

	2024			2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	325.451	(11.595)	313.856	325.451	(11.595)	313.856
Software	1.745.752	(912.229)	833.523	1.342.683	(641.155)	701.528
Projetos em andamento	2.415	-	2.415	40.124	-	40.124
Outros	118	-	118	118	-	118
	2.073.736	(923.824)	1.149.912	1.708.376	(652.750)	1.055.626

Consolidado

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ágio	2.251.014	-	(8.522)	(975)	-	2.241.517
Fundo de comércio	2.163	-	(1.912)	-	-	251
Carteira de clientes	306.438	-	(87.115)	(961)	(14.309)	204.053
Software	1.052.359	114.472	(376.821)	(371)	403.206	1.192.845
Projetos em andamento	59.091	343.399	-	-	(388.582)	13.908
Marcas e patentes	815.318	1.066	(5.385)	-	(42)	810.957
Outros	18.424	605	-	-	(273)	18.756
	4.504.807	459.542	(479.755)	(2.307)	-	4.482.287

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortização	Baixas	Transferência	Saldo em 31/12/2023
Ágio	2.251.090	(76)	-	-	-	2.251.014
Fundo de comércio	2.199	-	(36)	-	-	2.163
Carteira de clientes	358.662	-	(52.224)	-	-	306.438
Software	901.491	104.010	(334.849)	(6.113)	387.820	1.052.359
Projetos em andamento	78.251	368.660	-	-	(387.820)	59.091
Marcas e patentes	817.393	26	(2.084)	(17)	-	815.318
Outros	18.424	-	-	-	-	18.424
	4.427.510	472.620	(389.193)	(6.130)	-	4.504.807

	31/12/2024			31/12/2023		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio	2.253.112	(11.595)	2.241.517	2.262.609	(11.595)	2.251.014
Fundo de comércio	495	(244)	251	2.235	(72)	2.163
Carteira de clientes	496.160	(292.107)	204.053	421.222	(114.784)	306.438
Software	2.666.261	(1.473.416)	1.192.845	2.093.787	(1.041.428)	1.052.359
Projetos em andamento	13.908	-	13.908	59.091	-	59.091
Marcas e patentes	819.150	(8.193)	810.957	821.629	(6.311)	815.318
Outros	18.756	-	18.756	18.424	-	18.424
	6.267.842	(1.785.555)	4.482.287	5.678.997	(1.174.190)	4.504.807

As despesas relativas à amortização dos ativos intangíveis são registradas na rubrica de “Depreciação e amortização”, no resultado do exercício.

17. Intangível--Continuação

Testes de recuperabilidade dos ativos

A Administração, analisando os indicadores de que os valores contábeis poderiam estar registrados em valores maiores que seus valores em uso, elaborou uma estimativa dos valores recuperáveis ou valores em uso de todos os ativos, especialmente os ativos relevantes registrados como direito de uso, ativos imobilizados e intangíveis, inclusive os softwares desenvolvidos internamente, os quais foram submetidos ao teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2024.

O teste de recuperabilidade dos ativos compreende a apuração dos valores recuperáveis das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) identificadas em cada negócio. Uma UGC relevante identificada é o agrupamento de todas as lojas de redes de varejo físico adquiridas, cujo ágio totaliza R\$ 313.856 e já foram incorporadas societariamente. Outras UGCs relevantes identificadas são:

- (i) a vertical de esportes e moda, cujo ágio corresponde substancialmente à aquisição da Netshoes;
- ii) operação de e-commerce do KaBuM;
- iii) vertical de meio de pagamentos, representada pela Magalupay.

O valor em uso das UGCs é apurado segundo o método do fluxo de caixa descontado, antes dos impostos. Para os testes dos valores recuperáveis das UGCs relevantes, foram adotadas as seguintes taxas:

	Varejo Físico	Netshoes	KaBuM	Magalupay
	Taxa a.a.			
Fluxo de caixa descontado - taxa de desconto, antes dos impostos	15,3%	14,4%	16,3%	16,2%
Taxa de crescimento médio ponderado nos 5 primeiros anos	5,5%	11,7%	10,1%	15,8%
Perpetuidade	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

As premissas de fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para as UGCs baseiam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios dos próximos exercícios aprovados pelo Conselho de Administração, bem como em dados de mercado comparáveis, representando a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante a vida econômica útil do grupo de ativos geradores de fluxos de caixa. Para avaliar o valor em uso do direito de uso e softwares desenvolvidos internamente, as projeções dos fluxos de caixa descontados foram limitadas ao prazo final da vida útil dos ativos testados.

A partir dos testes realizados, a Companhia não identificou perdas por não recuperação dos ativos testados.

A Companhia realizou análise de sensibilidade considerando um acréscimo e redução nas taxas de crescimento e desconto de 1% que não resultaram na necessidade de constituição de provisão para perda nos valores recuperáveis.

18. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Mercadorias para revenda - mercado interno	6.213.742	5.961.917	7.055.622	6.864.636
Outros fornecedores	223.541	214.106	281.861	275.396
Ajuste a valor presente	(145.936)	(167.496)	(154.577)	(174.052)
	6.291.347	6.008.527	7.182.906	6.965.980

As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de “Estoques”. A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica “Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços” pela fruição de prazo.

19. Fornecedores - convênio

Política contábil

A Companhia, em consonância com as alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1)) que esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores, apresenta de forma segregada do saldo de Fornecedores (nota 18) os valores relacionados às operações de convênios (risco sacado), apesar de manter a essência de uma transação mercantil.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores - convênio (a)	2.946.541	2.312.134	3.031.977	2.358.092
Fornecedores - convênio importação (b)	-	-	68.236	-
	2.946.541	2.312.134	3.100.213	2.358.092

A Companhia mantém convênios firmados com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de antecipação de créditos em que a Companhia é a legítima devedora. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito de seus títulos para o banco em troca do recebimento antecipado e o banco, por sua vez, passa a ser credor da operação que se divide em dois tipos:

- (a) Em que a Companhia efetua a liquidação do título na mesma data acordada com seu fornecedor. Por confirmar a existência dos créditos dos fornecedores aos bancos, a Companhia assegura a este a certeza e liquidez de seus vencimentos e, em função disto, recebe um prêmio dos bancos, que é reconhecido como receita financeira na mesma competência do fechamento da operação, no valor de R\$148.564 em 2024 e R\$121.846 em 2023. O prazo médio de pagamento de fornecedores comparáveis foi de 8 dias a mais para fornecedores com operações de convênio do que fornecedores sem operações de convênio, em 31 de dezembro de 2024.
- (b) Em que a controlada Kabum, em função de sua atividade de importação de mercadorias, negocia a extensão de prazo de pagamento com o banco, em comparação às datas originais, que nesta data base foi de 80 dias, em média. As taxas negociadas pela extensão das operações vigentes foram de 84,3% do CDI.

20. Parceiros e outros depósitos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Repasse a seller - marketplace (a)	1.487.929	1.547.508
Arranjos de pagamentos a liquidar	-	217
Contas digitais clientes e sellers (b)	152.708	217.424
	1.640.637	1.765.149

- (a) Referente a valores a repassar para seus parceiros do marketplace, relacionados a compras realizadas por clientes na plataforma digital do Magazine Luiza, de produtos vendidos por lojistas parceiros (sellers) e transacionados pela Magalupay.
- (b) Correspondem a depósitos efetuados pelos clientes e sellers nas contas digitais e conta de pagamentos pré-pago da Magalupay.

21. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargo	Garantia	Vencimento final	Controladora		Consolidado	
				31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Notas promissórias (a)	100% do CDI + 1,25% a.a.	Clean	abril/24	-	2.041.610	-	2.041.610
Debêntures - oferta	100% do CDI +						
restrita (b)	1,25% a 2,5% a.a.	Clean	dez/28	4.159.704	4.886.798	4.581.387	5.310.568
Outros	113,5% do CDI a.a.	Clean	out/25	521	329	773	2.677
				4.160.225	6.928.737	4.582.160	7.354.855
Passivo circulante				980.233	2.928.459	1.402.168	2.954.347
Passivo não circulante				3.179.992	4.000.278	3.179.992	4.400.508

- (a) Em 30 de abril de 2021, a Companhia realizou a 5ª. emissão de notas promissórias, sendo 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias com o valor nominal de R\$1.000.000 (um milhão de reais) cada, com vencimento único em 29 de abril de 2024 ao custo de 100% de CDI + 1,25% a.a. Os valores captados foram utilizados para otimização do fluxo de caixa no curso e gestão ordinária dos negócios da Companhia. As notas promissórias foram liquidadas em 26 de abril de 2024, no valor total de R\$2.121.848.
- (b) Em 15 de janeiro de 2021 a Companhia realizou a captação de R\$800 milhões via distribuição pública, com esforços restritos da 9ª. Emissão de Debêntures, com remuneração de CDI + 1,25% a.a., liquidada em 15 de janeiro de 2024. Em 14 de outubro e 23 de dezembro de 2021, a Companhia em sua estratégia de alongamento de dívida, realizou a 10ª e 11ª emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 4.000.000 (quatro milhões) de quotas com o valor nominal de R\$1.000 (mil reais) cada, com vencimentos em 15 de outubro de 2025 e 2026 e 23 de dezembro de 2025 e 2026, respectivamente, ao custo de 100% de CDI + 1,25% a.a. O valor captado teve como principal objetivo reforçar o capital de giro da Companhia.

No dia 27 de dezembro de 2024, a Companhia realizou assembleia geral de Debenturistas, onde foi aprovada a alteração da data de vencimento, remuneração, fluxo de pagamento da remuneração, dentre outras de sua 11ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações. O novo prazo de vencimento aprovado foi para 28 de outubro de 2028, com amortizações trimestrais a partir de janeiro de 2027, a um custo de 100% do CDI + 1,75% a.a. A Companhia realizou análises qualitativas e quantitativas, à luz do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, para avaliar se os termos e condições existentes após a modificação se enquadraram no conceito de desreconhecimento de passivo financeiro. As análises quantitativas resultaram em uma mudança não substancial nos fluxos de caixa, portanto sem a necessidade de desreconhecimento do passivo financeiro.

Em 05 de julho de 2022, sua controlada KaBum, realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição. Foram emitidas 400.000 (quatrocentos mil) de debentures com o valor nominal de R\$1.000 (mil reais) cada, com vencimento em 13 de julho de 2025, a um custo de 100% CDI + 1,25 % a.a., com a finalidade de alongamento de dívida. Este contrato tem como fiadora a Controladora Magazine Luiza. Em 05 de agosto de 2024 a Companhia realizou a captação de R\$300 milhões, via distribuição pública, com esforços restritos da sua 12ª Emissão de Debêntures, com o custo de 100% do CDI + 2,5% a.a., sendo emitidas 300.000 (trezentas mil) debêntures cujo valor nominal é de R\$1.000 (mil reais) cada, com vencimento em 05 de agosto de 2026. Os recursos captados foram utilizados para aumentar o capital social de sua controlada em conjunto Luizacred.

Conciliação dos fluxos de caixa das atividades operacionais e de financiamento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	6.928.737	6.677.178	7.354.855	7.108.757
Captação de empréstimos e financiamentos	300.194	-	300.194	-
Pagamento de principal	(2.565.991)	-	(2.568.146)	(4.715)
Pagamento de juros	(1.082.057)	(685.495)	(1.132.723)	(742.716)
Juros provisionados	579.342	937.054	627.980	993.529
Saldo final	4.160.225	6.928.737	4.582.160	7.354.855

21. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Cronograma dos vencimentos

O cronograma de pagamento da parcela dos empréstimos e financiamentos está demonstrado abaixo:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2025	980.233	1.402.168
2026	1.179.166	1.179.166
2027	1.000.000	1.000.000
2028	1.000.826	1.000.826
	4.160.225	4.582.160

Covenants

As Debêntures emitidas pela controladora e sua controlada Kabum possuem cláusulas restritivas (“*covenants*”) equivalentes à manutenção da relação “Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado” não superior a 3,0 vezes. Por dívida líquida ajustada, deve-se entender o somatório de todos os empréstimos e financiamentos, incluídas as debêntures, excluindo-se disponibilidade de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, recebíveis de cartão de crédito não antecipados. O EBITDA ajustado é calculado de acordo com a instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, excluindo de eventos operacionais (receita/despesas) de caráter extraordinário. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente às cláusulas restritivas, que são mensuradas trimestralmente.

22. Receita diferida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita diferida com terceiros:				
Contrato de exclusividade com Cardif (a)	799.286	888.096	799.286	888.096
Contrato de exclusividade com Banco Itaúcard S.A. (b)	57.500	69.000	57.500	69.000
Contrato de exclusividade em Arranjo de Pagamentos (c)	-	-	156.576	176.725
Outros contratos	35.343	48.195	46.366	59.474
	892.129	1.005.291	1.059.728	1.193.295
Receita diferida com partes relacionadas:				
Contrato de exclusividade com a Luizacred (b)	46.117	55.362	46.117	55.362
Total de receitas diferidas	938.246	1.060.653	1.105.845	1.248.657
Passivo circulante	122.407	122.407	152.910	145.899
Passivo não circulante	815.839	938.246	952.935	1.102.758

- (a) Em 10 de maio de 2023, foi estabelecido novo acordo de aliança estratégica com empresas do grupo Cardif e com Luizaseg, visando a extensão dos direitos e obrigações previstos nos acordos entre as partes vigentes até então, pelo período adicional de 10 anos e com prazo de vigência de 1º de julho de 2023 a 31 de dezembro de 2033. Esse acordo proporcionou o ingresso de R\$835.669 no caixa da Companhia, sendo o valor líquido do *front fee* negociado de R\$932.500 e os valores devolvidos pelo vencimento antecipado dos contratos anteriores, de R\$96.831. O reconhecimento da receita da Companhia decorrente deste acordo é apropriado ao resultado durante o período de vigência do contrato, sendo parte condicionado ao atingimento de determinadas metas.

22. Receita diferida--Continuação

- (b) Em 27 de setembro de 2009, a Companhia celebrou um “Acordo de Associação” junto ao Itaú Unibanco Holding S.A. (“Itaú”) e ao Banco Itaúcard S.A., por meio do qual a Companhia cedeu à Luizacred a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na sua rede de lojas, pelo prazo de 20 anos. Pela referida associação, as instituições Itaú pagaram à vista o montante de R\$ 250.000, sendo: (i) R\$ 230.000 relacionados à consecução da negociação em si, sem direito de regresso, e; (ii) R\$ 20.000 vinculados ao cumprimento de metas de rentabilidade na Luizacred, metas estas cumpridas, em sua totalidade, ao fim do período de 2014.
- Em 29 de dezembro de 2010, as partes assinaram o primeiro aditivo ao acordo de associação com a Luizacred, por meio do qual estendeu a exclusividade do direito de oferta, distribuição e comercialização de produtos e serviços financeiros na rede de lojas então adquiridas na região nordeste do Brasil (Lojas Maia), pelo prazo de 19 anos. Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 160.000 à Companhia, que são apropriados ao resultado durante o período de vigência do contrato. Como parte desse acordo de associação, o montante de R\$ 20.000, mencionado no parágrafo acima, foi aumentado para R\$ 55.000.
- Em 16 de dezembro de 2011, a Companhia celebrou o segundo aditamento ao acordo de associação com a Luizacred, em virtude da aquisição da New-Utd (“Lojas do Baú”). Em contraprestação, a Luizacred pagou o montante de R\$ 48.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o período de vigência remanescente do acordo de associação.
- (c) Em 21 de outubro de 2022, a Companhia, por meio de sua controlada indireta Hub Pagamentos S.A., celebrou com a Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda, um contrato para incentivar o arranjo de pagamentos entre as empresas, onde a Mastercard fica com a exclusividade pela emissão de cartões pelo prazo de 10 anos. Em contraprestação a esta exclusividade, a Mastercard pagou o montante de R\$ 200.000 à Companhia, os quais são apropriados ao resultado durante o prazo de vigência do contrato.

23. Outros passivos circulantes e não circulantes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vendas pendentes de entrega, líquidas de devoluções	433.690	460.585	649.440	587.541
Valores a repassar a parceiros (a)	226.254	220.482	311.039	282.068
Serviços especializados	2.060	-	11.038	10.552
Fretes a pagar	116.918	151.491	286.968	348.207
Marketing a pagar	116.914	142.921	169.362	202.177
Valores a pagar por aquisição (b)	210.417	316.953	251.574	383.221
Outros	114.912	105.926	152.051	167.955
	1.221.165	1.398.358	1.831.472	1.981.721
Passivo circulante	1.144.002	1.268.164	1.750.426	1.847.502
Passivo não circulante	77.163	130.194	81.046	134.219

- (a) Repasses de valores realizados por meio de vendas de serviços (seguros, assistência técnica, instalações de móveis, etc) de parceiros intermediados pela Companhia.
- (b) Contraprestação a pagar por aquisições de empresas, incluindo o bônus de subscrição de até 5 milhões de ações (50,0 milhões de ações antes do grupamento) ordinárias de emissão da Companhia (MGLU3) pela aquisição do KaBuM e até 462 mil ações (4,2 milhões de ações antes do grupamento), referente à aquisição de outras empresas, condicionados ao cumprimento de metas pactuadas nos contratos de aquisição.

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Para os processos em andamento, de natureza trabalhista, cível e tributária, em que a opinião dos assessores legais é de perda provável, a Companhia constituiu provisão, sendo esta a melhor estimativa de desembolso futuro da Administração. A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é como segue:

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

Controladora

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024:	891.046	22.339	83.120	996.505
Adições	211.771	26.399	12.445	250.615
Reversão	(88.966)	(1.004)	(865)	(90.835)
Pagamentos	-	(10.024)	(17.050)	(27.074)
Atualizações	82.566	-	-	82.566
Saldos em 31 de dezembro de 2024:	1.096.417	37.710	77.650	1.211.777

Consolidado

	Tributários	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024:	1.507.384	24.673	87.109	1.619.166
Adições	395.712	51.998	21.641	469.351
Reversão	(146.442)	(4.235)	(1.870)	(152.547)
Pagamentos	(135.125)	(18.351)	(18.840)	(172.316)
Atualizações	93.699	-	-	93.699
Saldos em 31 de dezembro de 2024:	1.715.228	54.085	88.040	1.857.353

a) Riscos tributários

A Companhia discute administrativa e judicialmente vários processos de natureza tributária, avaliados como perda provável, portanto estão provisionados. Além desses processos, a Companhia possui provisão para outras discussões judiciais, para as quais tem realizado depósitos judiciais, bem como provisões relacionadas com combinações de negócio realizadas em anos anteriores. Os riscos tributários estão assim divididos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Federais	511.751	486.731	642.585	890.913
Estaduais ¹	584.640	404.289	1.072.617	616.445
Municipais	26	26	26	26
	1.096.417	891.046	1.715.228	1.507.384

¹ - O valor aqui informado contempla a provisão de R\$319.398 na Controladora e R\$621.665 no Consolidado referente ao ICMS - Diferencial de Alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços sobre operações destinadas ao consumidor final, onde a Companhia entende que as chances de perda para determinados Estados são maiores do que as de ganho. Os demais processos sobre esse tema estão descritos no item e) (iii) abaixo.

b) Riscos cíveis

A provisão para riscos cíveis de R\$37.710 na Controladora e R\$54.085 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$22.339 Controladora e R\$24.673 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), está relacionada a reclamações oriundas, principalmente, de clientes sobre possíveis defeitos de produtos.

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

c) Riscos trabalhistas

Na esfera trabalhista, a Companhia é parte em diversos processos envolvendo principalmente questionamentos sobre horas extras incorridas.

O valor provisionado de R\$77.650 na Controladora e R\$88.040 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$83.120 Controladora e R\$87.109 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023), reflete o risco de perda provável avaliado pela Administração da Companhia juntamente com seus assessores jurídicos.

d) Depósitos judiciais

Para fazer frente às contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, a Companhia possui em depósitos judiciais o montante de R\$1.333.234 na Controladora e R\$1.902.376 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.260.289 na Controladora e R\$1.734.546 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023). Os principais depósitos estão relacionados às ações judiciais que contestam o recolhimento do ICMS Diferencial de Alíquota (Difal), no valor de R\$827.640 na Controladora e R\$1.080.289 no Consolidado em 31 de dezembro de 2024 (R\$794.849 na Controladora e R\$973.054 no Consolidado em 31 de dezembro de 2023).

e) Passivos contingentes - possíveis de perda

A Companhia é parte em outros processos e discussões fiscais que foram classificados pela Administração como de risco de perda possível, com base na opinião de seus assessores jurídicos; portanto, nenhuma provisão foi constituída para tais processos e discussões. Os valores atribuídos às discussões envolvendo tributos estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Federais	1.453.926	2.050.131	1.829.802	2.262.858
Estaduais	1.948.816	1.750.891	2.364.835	2.179.401
Municipais	5.223	5.557	5.225	5.557
	3.407.965	3.806.579	4.199.862	4.447.816

Dentre as principais discussões de natureza tributária, classificadas como perda possível, destacamos:

- (i) Processo judicial em que a Companhia discute com o fisco a natureza/conceito das bonificações/reembolsos de seus fornecedores para fins de tributação do PIS/COFINS, além de discussões sobre a caracterização de algumas despesas ligadas à sua atividade fim como insumos para fins de créditos de PIS/COFINS. Diante da evolução da discussão, com decisões favoráveis aos contribuintes, a análise dos assessores jurídicos internos e externos é que as chances de perda são possíveis com viés de remotas;

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

e) Passivos contingentes - possíveis de perda--Continuação

- (ii) Processos em que a Companhia discute com determinadas Unidades Federativas a inconstitucionalidade e a ilegalidade da cobrança do ICMS Diferencial de Alíquota nas vendas interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte do imposto em operações ocorridas a partir do ano de 2022, em razão do descumprimento pelos entes tributantes da anterioridade anual e das regras determinadas pela Lei Complementar nº 190/2022. Em 29 de novembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal realizou o julgamento da matéria nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade 7066, 7078 e 7070 e, diante (a) da incerteza sobre as premissas consideradas pelo Tribunal, (b) da obscuridade, omissões e falhas identificadas no acórdão do julgamento, publicado em 06 de maio de 2024 e (c) da ausência de definitividade da referida decisão, os assessores jurídicos internos e externos da Companhia classificam as chances de perda do tema como possíveis;
- (iii) Diversas autuações em que a Companhia discute a cobrança de créditos de ICMS apropriados nas aquisições de mercadorias de alguns de seus fornecedores, em razão destes terem se aproveitado de benefício fiscal concedido por outro Estado da Federação;
- (iv) Risco relacionado ao não estorno de impostos em perdas de inventários físicos. Além disso, a Companhia acompanha a evolução de todas as discussões a cada trimestre de forma que, havendo alteração no cenário, as avaliações de riscos e eventuais perdas também serão reavaliadas.

Os riscos dos processos são constantemente avaliados e revisados pela Administração. Adicionalmente, a Companhia contesta também processos administrativos cíveis e trabalhistas, com risco estimado de perda possível, cujos valores envolvidos são irrelevantes para divulgação.

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2024, foi aprovado o grupamento das ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 10:1, de modo que cada lote de 10 ações fosse grupado em 1 ação, sem modificação do valor de capital social.

Em reunião do Conselho de Administração realizada no dia 26 de janeiro de 2024, foi aprovado um aumento de capital privado ("Aumento de Capital"), no montante de R\$1,25 bilhão, totalmente garantido pelos acionistas controladores e pelo Banco BTG Pactual S.A e suas afiliadas ("BTG"). O aumento de capital, realizado dentro do limite do capital autorizado previsto no estatuto social da Companhia, contemplou a emissão para subscrição privada de 64.102.564 ações ordinárias (641.025.641 ações antes do grupamento), todas escriturais e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$19,50 por ação (R\$1,95 antes do grupamento), totalizando o valor de R\$1,25 bilhão. Tal aumento de capital tem por finalidade a aceleração dos investimentos em tecnologia, incluído a expansão do Luizalabs, evolução da plataforma *marketplace* e otimização da estrutura de capital da Companhia.

25. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Assim, considerando os efeitos do aumento de capital privado e do grupamento realizados, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a composição acionária da Companhia está assim apresentada, sendo todas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de ações	Participação %	Quantidade de ações	Participação %
Acionistas controladores	422.411.011	57,16	379.241.088	56,19
Ações em circulação	313.649.210	42,44	289.950.033	42,96
Ações em tesouraria	2.935.027	0,40	5.701.563	0,84
Total	738.995.248	100,00	674.892.684	100,00

As ações detidas por acionistas controladores que são membros do Conselho de Administração e/ou da diretoria executiva estão inseridas na linha de acionistas controladores.

De acordo com o artigo nº 7 do Estatuto Social, a Companhia pode aumentar o seu capital social, nos termos do artigo 168 da Lei nº 6.404/76, mediante emissão de 38.397.435 de novas ações ordinárias.

b) Reserva de capital

Plano de opção de compra de ações - 2ª Outorga do Plano de Opção de Compra de Ações

A segunda outorga do Plano de Opção de Ações foi aprovada em 25 de outubro de 2013. Naquela oportunidade, foram outorgadas 3.883.123 opções de ações (38.831.232 opções antes do grupamento) e foi fixado o preço de exercício em R\$3,00 (já considerando os efeitos de grupamento de ações). Tal plano terá prazo máximo de exercício de 12 anos, a contar da data da assinatura, desde que o beneficiário permaneça vinculado à Companhia e tenha cumprido as carências do plano. O valor justo de cada opção concedida foi estimado na data de concessão aplicando o modelo de precificação de opções Black & Scholes, considerando as seguintes premissas:

Premissa	2ª Outorga
Expectativa de vida média das opções (a)	5,5 anos
Volatilidade média anualizada	37,9%
Taxa de juros livre de risco	6%
Média ponderada do valor justo das opções concedidas	R\$1,90

(a) Representa o período em que se acredita que as opções sejam exercidas e leva em consideração o *turn over* médio dos beneficiários do plano.

Em 31 de dezembro de 2024, havia 28.493 opções de ações exercíveis (284.928 opções antes do grupamento). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve movimentação nas opções de compra de ações ativas.

25. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de capital--Continuação

Plano de incentivo baseado em ações

A Companhia possui um plano de incentivo de longo prazo atrelado a ações, que foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária no dia 20 de abril de 2017. O plano tem como objetivo regular a concessão de incentivos atrelados às ações ordinárias de emissão da Companhia por meio de programas a serem implementados pelo nosso Conselho de Administração, sendo elegíveis a participar os administradores, empregados ou prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas e controladas em conjunto.

Os objetivos principais do plano são: (a) aumentar a capacidade de atração e retenção de talentos pela Companhia; (b) reforçar a cultura de desempenho sustentável e de busca pelo desenvolvimento dos nossos administradores, empregados e prestadores de serviços, alinhando os interesses dos nossos acionistas aos das pessoas elegíveis; e (c) estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de nossas metas empresariais e a consecução dos nossos objetivos sociais, alinhado aos interesses de nossos acionistas, através do comprometimento de longo prazo dos beneficiários.

A tabela a seguir demonstra o saldo (quantidade) de ações outorgadas em 31 de dezembro de 2024:

Tipo de programa	Data outorga	Prazo máximo carência	Após desdobramento		Antes Grupamento	
			Posição Ações Outorgadas	Valor justo ¹	Posição Ações Outorgadas	Valor justo ¹
4° Matching share	15 de abril de 2020	5 anos	27.071	R\$109,63	270.710	R\$10,96
5° Matching share	04 de maio de 2021	5 anos	37.355	R\$198,60	373.550	R\$19,86
6° Restricted share	04 de maio de 2021	3 anos	31.760	R\$198,60	317.600	R\$19,86
7° Restricted share	04 de julho de 2022	3 anos	663.576	R\$21,60	6.635.760	R\$2,16
10° Restricted share	25 de outubro de 2023	5 anos	2.246.261	R\$14,40	22.462.610	R\$1,44
			3.006.023	R\$21,08	30.060.230	R\$2,11

¹Refere-se a média ponderada do valor justo calculado em cada programa.

Além dos planos acima demonstrados, a Companhia vem utilizando comumente, em seus processos de aquisição, a negociação de parte do preço de aquisição como contraprestação em ações de sua emissão ("MGLU3) aos ex-proprietários das empresas adquiridas. O número de ações compromissadas em 31 de dezembro de 2024 é de 462.326, já considerando o efeito do grupamento de ações, que deverão ser entregues aos ex-proprietários até agosto de 2026, parte vinculadas ao atingimento de determinadas metas e parte como preço fixo negociado. Adicionalmente, a Companhia emitiu, no processo de aquisição do KaBuM, bônus de subscrição de até 5 milhões de ações ordinárias (50 milhões de ações antes do grupamento), nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão, condicionado ao cumprimento de determinadas metas.

25. Patrimônio líquido--Continuação

c) Ações em tesouraria

	Após grupamento		Antes grupamento	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
Em 1º de janeiro de 2023	7.170.438	1.245.809	71.704.378	1.245.809
Alienadas no exercício	(1.468.874)	(255.206)	(14.688.744)	(255.206)
Em 31 de dezembro de 2023	5.701.564	990.603	57.015.634	990.603
Alienadas no exercício	(2.803.168)	(487.029)	(28.031.676)	(487.029)
Em 31 de dezembro de 2024	2.898.396	503.574	28.983.958	503.574

A redução do saldo de ações em tesouraria é igual a média ponderada do custo incorrido para adquirir as ações. Qualquer ganho ou perda em relação ao valor recebido pela alienação das ações em tesouraria é registrado como reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2024, o valor da ação MGLU3 era R\$6,50.

d) Ajustes de avaliação patrimonial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial o montante de (R\$128.964) ((R\$121.382) em 31 de dezembro de 2023), relacionado aos ajustes a valor justo por meio de outros resultados abrangentes de recebíveis de cartões de crédito e de ativos financeiros em controladas.

e) Reservas de Lucro

O lucro auferido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 448.717, foi absorvido por parte do saldo dos prejuízos acumulados, conforme o disposto no artigo 189 da Lei das S.A. (Lei nº 6.404/76). Na sequência, o saldo remanescente dos prejuízos acumulados, no valor de R\$ 446.727, foi absorvido com parte do saldo da reserva de incentivos fiscais.

f) Lucro (prejuízo) por ação

Os cálculos do prejuízo por ações básico e diluído estão divulgados a seguir:

	Prejuízo básico		Prejuízo diluído	
	31/12/2024	31/12/2023 (b)	31/12/2024	31/12/2023 (b)
Em milhares				
Total de ações ordinárias	738.995.248	674.892.685	738.995.248	674.892.685
Efeito de ações em tesouraria	(2.898.396)	(5.701.563)	(2.898.396)	(5.701.563)
Efeito dos planos de ações ao serem exercidas (a)	-	-	3.907.888	5.868.113
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	736.096.852	669.191.122	740.004.740	675.059.235
Lucro (prejuízo) do exercício	448.717	(979.104)	448.717	(979.104)
Lucro (prejuízo) por ação (em Reais)	0,610	(1,463)	0,610	(1,463)

(a) Considera o efeito de ações exercíveis de acordo com os planos de incentivo atrelado a ações, divulgados acima.

(b) Colunas reapresentadas considerando o efeito do agrupamento de ações ordinárias de emissão da Companhia, à razão de 10:1, aprovado em 24 de abril de 2024.

26. Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita líquida é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de devoluções, abatimentos e impostos sobre vendas, como segue:

Revenda de mercadorias - a receita é reconhecida quando os produtos são entregues e os clientes obtêm o controle dos bens, considerando ainda o fato de que as seguintes condições tenham sido satisfeitas:

- O valor da receita e os termos do pagamento possam ser identificados;
- É provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens serão transferidos ao cliente

A Companhia concede ao cliente o direito de devolução dos bens dentro de um período e premissas especificadas. O valor de receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas. A Companhia utiliza o método do valor esperado para fins de estimativa dos bens que não serão devolvidos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.

Receita de prestações de serviços - são reconhecidas quando for provável que os benefícios significativos ao serviço prestado serão transferidos pela Companhia. A Companhia possui as seguintes principais fontes de receita de serviços:

- (a) intermediação de serviços financeiros para suas *joint ventures*, bem como outras empresas parceiras da Companhia;
- (b) prestação de serviços de entregas através de sua controlada Magalog.
- (c) comissões cobradas pela Companhia, através de sua controlada Magalu Pagamentos, de seus clientes pelo processamento de operações financeiras transacionadas nas plataformas de e-commerce do Grupo Magalu.
- (d) administração de consórcios na controlada Luiza Administradora de Consórcios, onde a receita com taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida mensalmente quando do efetivo recebimento das parcelas dos consorciados que, para as atividades de administração de consórcio, denotam o efetivo período de prestação do serviço.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Varejo - revenda de mercadorias	36.393.061	34.716.628	42.777.329	41.281.638
Varejo - prestações de serviços	2.663.102	2.393.162	3.839.882	3.698.824
Outros serviços	-	-	659.830	610.521
Receita bruta	39.056.163	37.109.790	47.277.041	45.590.983
Varejo - revenda de mercadorias	(7.149.978)	(6.808.114)	(8.443.428)	(8.094.147)
Varejo - prestações de serviços	(237.896)	(204.041)	(468.959)	(331.567)
Outros serviços	-	-	(326.586)	(397.120)
Impostos e devoluções	(7.387.874)	(7.012.155)	(9.238.973)	(8.822.834)
Receita líquida de vendas	31.668.289	30.097.635	38.038.068	36.768.149

27. Custo das mercadorias revendidas e das prestações de serviços

Política contábil

Os Custos das mercadorias revendidas e das prestações de serviços incluem os custos com aquisição de mercadorias e com serviços prestados, deduzidos das recomposições de custos recebidas dos fornecedores e do ICMS substituição tributária recuperáveis. Despesas com frete relacionadas ao transporte de mercadorias dos fornecedores até os Centros de Distribuição ("CDs") são incorporadas ao custo das mercadorias a serem revendidas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos das mercadorias revendidas	(22.428.814)	(22.436.918)	(26.372.530)	(26.552.256)
Custos das prestações de serviços	-	-	(38.282)	(52.010)
	(22.428.814)	(22.436.918)	(26.410.812)	(26.604.266)

28. Informações sobre a natureza das despesas e outras receitas operacionais

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com pessoal (a)	(2.557.112)	(2.403.863)	(3.194.013)	(3.067.663)
Despesas com prestadores de serviços	(2.997.891)	(3.310.606)	(3.316.172)	(3.477.478)
Depreciação e amortização - vendas	(459.935)	(472.575)	(671.371)	(646.535)
Depreciação e amortização - administrativas	(579.050)	(529.283)	(661.917)	(596.156)
Outras	(1.147.892)	(1.099.867)	(1.917.103)	(2.343.032)
	(7.741.880)	(7.816.194)	(9.760.576)	(10.130.864)
Classificados por função como:				
Com vendas	(5.879.230)	(5.612.277)	(7.131.584)	(7.002.066)
Gerais e administrativas	(904.832)	(912.413)	(1.373.715)	(1.335.204)
Depreciação e amortização	(1.038.985)	(1.001.857)	(1.333.288)	(1.242.690)
Outras receitas operacionais, líquidas (nota 29)	81.167	(289.647)	78.011	(550.904)
	(7.741.880)	(7.816.194)	(9.760.576)	(10.130.864)

(a) A Companhia provê a seus empregados, benefícios de assistência médica, reembolso odontológico, seguro de vida, vale-alimentação, vale-transporte, bolsa de estudo, "cheque-mãe", além de plano de ações para os colaboradores elegíveis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 25.

As despesas com fretes relacionadas ao transporte das mercadorias dos CDs até as lojas físicas e entrega dos produtos revendidos aos consumidores são classificadas como despesas com vendas.

29. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Apropriação da receita diferida (a)	122.407	89.815	144.503	112.720
Créditos tributários (b)	106.822	524.947	113.596	525.703
Provisão para riscos (c)	(128.572)	(206.485)	(162.931)	(363.010)
Resultado de baixa de ativos	(2.187)	(6.708)	1.229	(20.512)
Venda de participação societária (d)	-	201.920	-	201.920
Honorários especialistas (e)	(8.149)	(24.850)	(13.046)	(27.655)
Despesas reestruturação (f)	(2.110)	(195.132)	(3.428)	(299.942)
Revisão de estimativas (g)	-	(670.647)	-	(670.647)
Outras	(7.044)	(2.507)	(1.912)	(9.481)
Total	81.167	(289.647)	78.011	(550.904)

- (a) Refere-se à apropriação de receita diferida por cessão de exclusividade de exploração de serviços financeiros, conforme descrito na nota 22.
- (b) Refere-se substancialmente ao efeito de revisão de metodologia aplicada sobre PIS/COFINS a recuperar relacionados à discussão da exclusão do ICMS da base de cálculo de suas ações judiciais transitadas em julgado, conforme descrito na nota 11.
- (c) Refere-se substancialmente à provisão relativa ao processo de ICMS-Difal, detalhado na nota 24.
- (d) Trata-se de venda da participação societária da LuizaSeg Seguros S.A para NCVP Participações Societárias S.A, conforme descrito na nota 14.
- (e) Gastos referentes aos custos assessórios para integração de empresas e honorários advocatícios.
- (f) Refere-se às despesas relacionadas a adequação de quadros administrativos e de vendas, bem como gastos necessários para integração dos negócios adquiridos no passado.
- (g) Revisão de estimativas de saldos a receber de bonificações de fornecedores.

30. Resultado financeiro

Política Contábil

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo ou ao custo amortizado do passivo.

A Companhia classifica juros recebidos, dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais. Os juros pagos sobre empréstimos e arrendamentos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

30. Resultado financeiro--Continuação

Política Contábil--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Juros de vendas de garantia estendida	217.297	138.909	217.297	138.909
Rendimento de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	54.144	72.557	100.326	152.130
Juros por atrasos nos recebimentos	39.585	37.129	39.740	37.272
Atualizações monetárias ativas (a)	307.599	683.959	341.943	744.922
Outros	8.423	1.151	20.927	32.868
	627.048	933.705	720.233	1.106.101
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos e financiamentos	(571.797)	(928.141)	(623.378)	(985.740)
Juros de arrendamento mercantil	(311.748)	(304.696)	(317.905)	(309.911)
Encargos sobre antecipação de cartão de crédito	(687.922)	(831.459)	(914.680)	(1.120.188)
Provisão para perda com juros de garantia estendida	(103.645)	(72.490)	(103.645)	(72.490)
Impostos sobre resultado financeiro	(36.714)	(37.281)	(42.201)	(43.154)
Atualizações monetárias passivas	(116.505)	(104.070)	(137.135)	(110.286)
Outros (b)	(47.381)	(140.944)	(56.337)	(156.551)
	(1.875.712)	(2.419.081)	(2.195.281)	(2.798.320)
	(1.248.664)	(1.485.376)	(1.475.048)	(1.692.219)

(a) Refere-se substancialmente à atualização monetária de créditos tributários descritos nas notas 11 e 12.

(b) Os prêmios recebidos de bancos, por confirmar a existência de créditos dos fornecedores, conforme explanado na nota 18, estão aqui demonstrados líquidos de demais despesas com negociação de fornecedores.

31. Informação por segmento de negócios

Como forma de gerenciar seus negócios, tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em Varejo, Operações Financeiras, Operações de Seguros e Outros Serviços. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- (a) Varejo - substancialmente revenda de mercadorias e prestações de serviços nas lojas da Companhia, comércio eletrônico (*e-commerce tradicional e marketplace*) e plataforma de gestão de *food delivery*. No contexto do marketplace, está somado a este segmento as informações relacionadas ao Magalupay;
- (b) Operações financeiras - por meio da controlada em conjunto Luizacred, que tem como objeto principal fornecer crédito aos clientes da Companhia para aquisição de produtos;
- (c) Operações de seguros - por meio da Luizaseg, que tem como objeto principal a oferta de garantias estendidas aos produtos adquiridos pelos clientes da Companhia. As operações de seguros afetaram o resultado da Companhia até a data da venda da participação societária da Luizaseg, descrita na nota 14;
- (d) Outros Serviços - soma da prestação de serviços de administração de consórcios por meio da controlada Luiza Administradora de Consórcio, que tem como objeto principal a administração de consórcios aos clientes da Companhia, para aquisição de produtos; serviços de gerenciamento de entregas de produtos - por meio da controlada Magalog e serviços de desenvolvimento de softwares por meio da controlada do Luizalabs.

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

As vendas da Companhia são integralmente realizadas em território nacional e, considerando as operações no varejo, não existe concentração de clientes, assim como de produtos e serviços oferecidos.

Demonstrações do resultado

	31/12/2024				
	Varejo (a)	Operações financeiras	Outros Serviços	Eliminação (b)	Consolidado
Receita bruta	46.625.651	2.215.233	2.685.601	(4.241.004)	47.285.481
Ajustes a valor presente da receita (a)	(919.416)	-	-	-	(919.416)
Reversão do ajuste a valor presente da receita (a)	910.976	-	-	-	910.976
Deduções da receita	(8.798.429)	-	(440.544)	-	(9.238.973)
Receita líquida do segmento	37.818.782	2.215.233	2.245.057	(4.241.004)	38.038.068
Custos	(26.405.410)	(251.071)	(30.377)	251.071	(26.435.787)
Ajustes a valor presente de fornecedores (a)	17.271	-	-	-	17.271
Reversão do ajuste a valor presente de fornecedores (a)	7.704	-	-	-	7.704
Lucro bruto	11.438.347	1.964.162	2.214.680	(3.989.933)	11.627.256
Despesas com vendas	(7.069.404)	(506.901)	(2.087.951)	2.532.672	(7.131.584)
Despesas gerais e administrativas	(1.308.110)	(9.116)	(65.605)	9.116	(1.373.715)
Resultado da provisão pra perdas de crédito esperadas	(452.662)	(1.164.482)	(42)	1.164.482	(452.704)
Depreciação e amortização	(1.279.299)	(5.909)	(53.989)	5.909	(1.333.288)
Equivalência patrimonial	159.309	-	-	(10.853)	148.456
Outras receitas operacionais	61.674	(64.436)	16.337	64.436	78.011
Receitas financeiras	700.867	-	19.366	-	720.233
Despesas financeiras	(2.175.974)	-	(19.307)	-	(2.195.281)
Imposto de renda e contribuição social	373.969	(64.862)	(12.636)	64.862	361.333
Lucro (prejuízo) líquido do período	448.717	148.456	10.853	(159.309)	448.717

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial - Outros serviços (Nota 13)	10.853
Equivalência patrimonial - Luizacred (Nota 14)	148.456
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	159.309
(-) Efeito de eliminação - Outros serviços	(10.853)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	148.456

(a) Considerando que o segmento de varejo possui característica de concessão de financiamento ao consumidor, a Companhia utiliza-se da prática de realizar a reversão do ajuste a valor presente do contas a receber de clientes na rubrica de receita bruta. Portanto, visando uma adequada apuração da margem bruta comercial, a reversão do ajuste a valor presente dos passivos de fornecedores também é realizada na rubrica de custo das mercadorias vendidas. A atividade de financiamento ao consumidor não é dissociada do segmento de varejo para os principais gestores do negócio, nas tomadas de decisões. Assim, seguindo as premissas do CPC 22 - Informação por Segmento, a atividade de financiamento ao consumidor está apresentada no contexto do segmento de varejo.

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

Demonstrações do resultado--Continuação

O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos, Netshoes, KaBuM, Magalupay Aiqfome. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos.

	31/12/2023					
	Varejo (a)	Operações financeiras	Operações de seguros	Outros Serviços	Eliminação (b)	Consolidado
Receita bruta	44.963.262	2.231.808	239.147	2.619.045	(4.479.478)	45.573.784
Ajustes a valor presente da receita (a)	(773.199)	-	-	-	-	(773.199)
Reversão do ajuste a valor presente da receita (a)	790.398	-	-	-	-	790.398
Deduções da receita	(8.425.714)	-	-	(397.120)	-	(8.822.834)
Receita líquida do segmento	36.554.747	2.231.808	239.147	2.221.925	(4.479.478)	36.768.149
Custos	(26.593.689)	(366.614)	(32.911)	(33.048)	399.525	(26.626.737)
Ajustes a valor presente de fornecedores (a)	19.173	-	-	-	-	19.173
Reversão do ajuste a valor presente de fornecedores (a)	3.298	-	-	-	-	3.298
Lucro bruto	9.983.529	1.865.194	206.236	2.188.877	(4.079.953)	10.163.883
Despesas com vendas	(6.846.356)	(538.218)	(152.422)	(2.164.233)	2.699.163	(7.002.066)
Despesas gerais e administrativas	(1.265.139)	(8.702)	(28.530)	(70.065)	37.232	(1.335.204)
Resultado da provisão pra perdas de crédito esperadas	(386.142)	(1.316.084)	-	(15)	1.316.084	(386.157)
Depreciação e amortização	(1.218.078)	(6.002)	(2.949)	(24.612)	8.951	(1.242.690)
Equivalência patrimonial	(117.631)	-	-	-	98.621	(19.010)
Outras receitas operacionais	(501.555)	(74.858)	1.609	(49.349)	73.249	(550.904)
Receitas financeiras	1.089.480	-	27.827	16.621	(27.827)	1.106.101
Despesas financeiras	(2.774.716)	-	(53)	(23.604)	53	(2.798.320)
Imposto de renda e contribuição social	1.057.504	30.686	(22.744)	27.759	(7.942)	1.085.263
Lucro (prejuízo) líquido do período	(979.104)	(47.984)	28.974	(98.621)	117.631	(979.104)

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

Demonstrações do resultado--Continuação

Conciliação da equivalência patrimonial

Equivalência patrimonial - Outros serviços (Nota 13)	(98.621)
Equivalência patrimonial - Luizacred (Nota 14)	(47.984)
Equivalência patrimonial - Luizaseg(Nota 14)	28.974
(=) Equivalência patrimonial do segmento de varejo	(117.631)
(-) Efeito de eliminação - Outros serviços	(98.621)
(=) Resultado de equivalência patrimonial consolidado	(19.010)

- (a) Considerando que o segmento de varejo possui característica de concessão de financiamento ao consumidor, a Companhia utiliza-se da prática de realizar a reversão do ajuste a valor presente do contas a receber de clientes na rubrica de receita bruta. Portanto, visando uma adequada apuração da margem bruta comercial, a reversão do ajuste a valor presente dos passivos de fornecedores também é realizada na rubrica de custo das mercadorias vendidas. A atividade de financiamento ao consumidor não é dissociada do segmento de varejo para os principais gestores do negócio, nas tomadas de decisões. Assim, seguindo as premissas do CPC 22 - Informação por Segmento, a atividade de financiamento ao consumidor está apresentada no contexto do segmento de varejo.

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

O segmento de varejo é representado pelos montantes consolidados contemplando os resultados do Magazine Luiza S.A., Época Cosméticos, Netshoes, KaBuM, Magalupay Aiqfome. No segmento de varejo, a linha de equivalência patrimonial contempla os resultados líquidos das operações financeiras, de seguros e outros serviços, uma vez que esse montante está contido nos valores de lucro ou prejuízo do segmento utilizado pelo principal gestor das operações.

As eliminações são representadas principalmente pelos efeitos dos segmentos operações financeiras e operações de seguro, que são apresentados de forma proporcional acima, porém são incluídas apenas em uma linha de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

As transferências de receita líquida entre os segmentos operacionais são menores que 10% da receita líquida combinada de todos os segmentos.

Balanço patrimonial

	31/12/2024		
	Varejo	Operações financeiras	Outros Serviços
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	1.623.301	88.873	203.896
Títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros	337.894	13.734	-
Contas a receber	5.823.941	9.281.146	58.140
Estoques de mercadorias para revenda	7.611.132	-	-
Investimentos	1.651.975	-	-
Imobilizado, direito de uso e intangível	8.840.050	24.474	712.334
Outros	10.876.972	862.383	455.893
	36.765.265	10.270.610	1.430.263
Passivos			
Fornecedores	7.157.371	-	25.535
Fornecedores - convênio	3.100.213	-	-
Repasse e outros depósitos	1.640.637	-	-
Empréstimos e financiamentos	4.581.908	-	252
Arrendamento mercantil	3.452.792	-	80.743
Depósitos interfinanceiros	-	2.035.652	-
Operações com cartões de crédito	-	6.505.732	-
Provisão técnicas de seguros	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.813.065	47.121	44.288
Receita diferida	1.103.854	-	1.991
Outras	2.596.163	710.243	597.342
	25.446.003	9.298.748	750.151
Patrimônio líquido	11.319.262	971.862	680.112

Conciliação do investimento

Controladas (Nota 13)

Consórcio Luiza	86.559
Magalog	289.011
Luizalabs	304.543
	680.113

Controladas em conjunto (Nota 14)

Luizacred	971.862
-----------	---------

Total dos investimentos

(-) Efeito de eliminação	1.651.975
(=) Resultado de investimento consolidado	(680.113)
	971.862

31. Informação por segmento de negócios--Continuação

Balanco patrimonial--Continuação

	31/12/2023		
	Varejo	Operações financeiras	Outros Serviços
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.430.852	28.981	162.494
Títulos e valores mobiliários	779.072	14.871	-
Contas a receber	5.897.162	9.073.500	60.979
Estoques	7.497.299	-	-
Investimentos	941.023	-	-
Imobilizado, intangível e direito de uso	9.081.261	29.462	608.122
Outros	10.364.534	555.301	440.646
	36.991.203	9.702.115	1.272.241
Passivos			
Fornecedores	6.931.270	-	34.710
Fornecedores - convênio	2.358.092	-	-
Repasse e outros depósitos	1.765.149	-	-
Empréstimos e financiamentos	7.353.948	-	907
Arrendamento mercantil	3.578.155	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	2.799.337	-
Operações com cartões de crédito	-	5.869.272	-
Provisões técnicas de seguros	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.	1.559.076	46.679	60.090
Receita diferida	1.248.165	-	492
Outras	2.586.814	664.311	557.535
	27.380.669	9.379.599	653.734
Patrimônio líquido	9.610.534	322.516	618.507
<u>Conciliação do investimento</u>			
<u>Controladas (Nota 13)</u>			
Consórcio Luiza	95.508		
Magalog	230.818		
Luizalabs	253.708		
MagaluPay	457.526		
	1.037.560		
<u>Controladas em conjunto (Nota 14)</u>			
Luizacred	322.516		
Total dos investimentos	1.360.076		
(-) Efeito de eliminação	(1.037.560)		
(=) Resultado de investimento consolidado	322.516		

32. Instrumentos financeiros

Política Contábil

Classificação inicial e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ao Valor Justo (VJR). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Política Contábil--Continuação

Classificação inicial e mensuração subsequente--Continuação

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento e compensação

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações “forward looking”, como premissas macroeconômicas de inflação e crescimento de vendas. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 30 dias.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração de perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os mensurados a VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação de crédito, quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Categoria de instrumentos financeiros

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Controladora				Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e bancos	Custo amortizado	Nível 2	201.534	201.534	150.711	150.711	303.262	303.262	183.646	183.646
Contas a receber - Cartão de crédito e débito	VJORA	Nível 2	1.968.690	1.968.690	2.788.161	2.788.161	4.131.260	4.131.260	4.511.062	4.511.062
Contas a receber - Demais contas a receber de clientes e de acordos comerciais	Custo amortizado	Nível 2	1.527.652	1.527.652	1.204.077	1.204.077	1.750.821	1.750.821	1.447.079	1.447.079
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	625.293	625.293	550.779	550.779	72.522	72.522	50.925	50.925
Contas a receber de partes relacionadas - Cartão de Crédito	Custo amortizado	Nível 2	1.239.666	1.239.666	1.125.171	1.125.171	1.588.883	1.588.883	1.222.793	1.222.793
Equivalentes de caixa – Letras	VJR	Nível 2	16.698	16.698	239.537	239.537	16.698	16.698	239.537	239.537
Equivalentes de caixa – CDBs	Custo amortizado	Nível 2	500.416	500.416	723.414	723.414	1.423.322	1.423.322	2.119.607	2.119.607
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	Nível 2	5.244	5.244	4.809	4.809	5.244	5.244	4.809	4.809
Títulos e valores mobiliários	VJR	Nível 2	217.627	217.627	524.239	524.239	331.848	331.848	771.015	771.015
Total de Ativos financeiros			6.302.820	6.302.820	7.310.898	7.310.898	9.623.860	9.623.860	10.550.473	10.550.473

Categoria de instrumentos financeiros	Classificação	Mensuração Valor justo	Controladora				Consolidado			
			31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Fornecedores de mercadorias e convênio	Custo amortizado	Nível 2	9.237.888	9.237.888	8.320.661	8.320.661	10.283.119	10.283.119	9.324.071	9.324.071
Repasse e outros depósitos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	-	-	1.640.637	1.640.637	1.765.149	1.765.149
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	4.160.225	4.541.898	6.928.737	6.998.865	4.582.160	4.963.833	7.354.855	7.424.983
Arrendamento mercantil	Custo amortizado	Nível 2	3.418.880	3.418.880	3.514.349	3.514.349	3.533.535	3.533.535	3.578.155	3.578.155
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	428.387	428.387	325.607	325.607	107.061	107.061	100.961	100.961
Outras contas a pagar – aquisição	VJR	Nível 2	210.417	210.417	316.953	316.953	251.574	251.574	383.221	383.221
Total de Passivos financeiros			17.455.797	17.837.470	19.406.307	19.476.435	20.398.086	20.779.759	22.506.412	22.576.540

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensurações de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- (a) Nível 1 - preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. A Companhia utiliza a técnica de fluxo de caixa descontado para suas mensurações;
- (c) Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, conforme as regras do Nível 2, incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- Fluxos de caixa descontados, que considera o valor presente dos pagamentos futuros esperados, descontado por uma taxa ajustada ao risco para os instrumentos financeiros remanescentes.

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura e modernização de lojas, novas tecnologias, melhorias de processos e métodos avançados de gestão.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar desequilíbrios relevantes.

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira da Companhia, que elabora um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito quando da necessidade de recursos externos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Posição em 31/12/2024

	Saldo Contábil	Inferior a um ano	Um a três anos	Superior a Três anos	Total
Controladora					
Fornecedores de mercadorias e convênio	9.237.888	9.237.888	-	-	9.237.888
Arrendamento mercantil	3.418.880	726.528	1.220.980	3.246.158	5.193.666
Empréstimos e financiamentos	4.160.225	980.233	2.179.166	-	3.159.399
Partes relacionadas	428.387	428.387	-	-	428.387
Outras contas a pagar - aquisição	210.417	130.473	-	79.944	210.417
Consolidado					
Fornecedores de mercadorias e convênio	10.283.119	10.283.119	-	-	10.283.119
Arrendamento mercantil	3.533.535	741.392	1.245.960	3.312.572	5.299.924
Empréstimos e financiamentos	4.582.160	1.402.168	2.179.166	-	3.581.334
Partes relacionadas	107.061	107.061	-	-	107.061
Outras contas a pagar - aquisição	251.574	152.970	20.612	86.016	259.598

Considerações sobre outros riscos financeiros

Os negócios da Companhia compreendem especialmente o comércio varejista de bens de consumo e serviços de seguros, financeiros e outros como descrito na nota 31, de informação por segmentos. Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios são, sumariamente, os seguintes:

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre outros riscos financeiros--Continuação

Risco de crédito: o risco de crédito surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados a seus clientes, cujo saldo consolidado em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 6.437.203 (R\$ 6.395.787 em 31 de dezembro de 2023). Grande parte das vendas da Companhia são realizadas utilizando como modalidade de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. Para as demais contas a receber a Companhia avalia também o risco como sendo baixo, tendo em vista a pulverização natural das vendas em função do grande número de clientes, porém não há garantias reais de recebimento do saldo total de contas a receber, em virtude da natureza dos negócios. Mesmo assim, o risco é gerenciado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência (com critérios consistentes para suportar os requerimentos da IFRS 9), bem como pela adoção de formas mais eficazes de cobrança. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha em contas a receber saldos que estariam vencidos ou perdidos, cujos termos foram renegociados, no montante de R\$289.241 (R\$78.591 em 31 de dezembro de 2023), os quais estão adicionados à análise sobre a necessidade de constituição de provisão para perda esperada de créditos. Na nota 8 são divulgadas maiores informações sobre o contas a receber.

A política da Companhia para investimentos em títulos de dívida (aplicações financeiras) é de se investir em títulos que possuem rating atribuído pelas principais agências de risco de crédito e que tenham uma classificação igual ou superior ao rating soberano (em escala global). Em 31 de dezembro de 2024, a quase totalidade dos investimentos mantidos pela Companhia possuem tal nível de *rating* atingindo o montante de R\$ 789.938 (R\$ 1.541.262 em 31 de dezembro de 2023) na Controladora e R\$ 1.861.829 (R\$ 3.188.772 em 31 de dezembro 2023) no Consolidado.

Risco de mercado: decorre do possível desaquecimento do varejo no cenário econômico do País. O gerenciamento dos riscos envolvidos nessas operações é realizado por meio do estabelecimento de políticas operacionais e comerciais, e do monitoramento constante das posições assumidas. Os principais riscos relacionados são as variações na taxa de juros, na taxa de inflação e nas taxas de câmbio.

Risco cambial: na data dessas demonstrações financeiras a Companhia não possuía operações cambiais significativas negociadas diretamente. Porém, muitos produtos que a Companhia comercializa, especialmente itens de tecnologia, são fabricados localmente, mas possuem diversos componentes importados, de forma que seus custos podem variar com a variação cambial. Assim, a gestão do risco cambial “indireto” está bastante ligada à gestão comercial, de preço e margem de produtos e é realizada juntamente com seus fornecedores, que procura não repassar grandes oscilações aos clientes finais.

Risco de taxas de juros: a Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes vinculadas ao “Certificado de Depósito Interbancário (CDI)”, relativas a aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos em reais, para os quais realizou análise de sensibilidade, conforme descrito abaixo.

Em 31 de dezembro de 2024 a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções e aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável, de redução e aumento nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se taxas de juros futuros divulgadas pela BM&F BOVESPA e/ou BACEN, considerando uma taxa base de CDI em 15% a.a..

32. Instrumentos financeiros--Continuação

Considerações sobre outros riscos financeiros--Continuação

Os efeitos esperados das despesas financeiras de empréstimos e financiamentos líquidas de receitas com aplicações financeiras para os próximos três meses são como segue:

	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Certificados de depósitos bancários (nota 6)	517.114	1.440.020
Fundos de investimentos não exclusivos (nota 6)	-	83.915
Equivalentes de caixa	517.114	1.523.935
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	272.824	337.894
Total equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	789.938	1.861.829
Empréstimos e financiamentos (nota 21)	(4.160.225)	(4.582.160)
Exposição líquida	(3.370.287)	(2.720.331)
Despesa financeira de juros - exposição a CDI	15%	15%
Impacto no resultado financeiro, líquido de impostos:		
Cenário base - taxa de 15,00% a.a.	(218.332)	(243.467)
Cenário aumento 25%- taxa de 18,75% a.a.	(272.914)	(304.334)
Cenário aumento 50% - taxa de 22,50% a.a.	(327.497)	(365.201)
Cenário redução 25%- taxa de 11,25% a.a.	(163.749)	(182.600)
Cenário redução 50% - taxa de 7,50% a.a.	(109.166)	(121.734)

33. Demonstrações dos fluxos de caixa

As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Variação de valor justos de ativos financeiros	(290)	(4.133)	(290)	(4.133)
Adições IFRS 16 - Direito de uso e arrendamento	474.128	461.151	563.537	511.953
Plano de ações	-	(24.829)	-	(24.829)
Ajustes de IFRS 09 - valor justo	7.872	-	7.872	-
Contratações de Fornecedores (convênio) (a)	12.702.268	12.324.286	13.079.422	12.548.599

(a) Conforme descrito na nota 4.8, com a adoção ao item 44H - c, do CPC 03 (R2), que traz o requisito de se apresentar na demonstração do fluxo de caixa, o tipo e efeito das alterações não caixa dos passivos financeiros divulgados como fornecedores (convênio), a Companhia está apresentando a variação do passivo operacional de fornecedores, líquidos do efeito não caixa de contratações de operações "confirming".

34. Cobertura de seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

As coberturas de seguros, em valores de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são assim demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Responsabilidade civil e D&O	110.000	100.000	110.000	194.025
Riscos diversos - estoques e imobilizado	6.787.146	6.646.341	7.918.522	7.398.581
Veículos	29.120	20.695	41.823	32.741
	6.926.266	6.767.036	8.070.345	7.625.347